

Marcas de luxo

Iguatemi cria vitrine para ofertas na internet

Pensando em aprimorar a experiência de vendas online do setor de varejo premium, a rede Iguatemi inaugurou ontem a primeira loja "pop-up" (temporária) do seu e-commerce Iguatemi 365. A ação faz parte da estratégia da companhia de interligar o mundo virtual ao físico dos shoppings para os consumidores. **PÁGINA 04**

Receita sobe

Ambev pretende zerar as emissões de carbono

As mudanças climáticas são um dos desafios mais urgentes da sociedade. Em mais um avanço nesta agenda, a Ambev quer zerar emissões de carbono de toda sua cadeia de valor até 2040. O plano integra ações que estão em andamento desde 2017, quando a companhia firmou compromissos focados em ação climática. **PÁGINA 03**

Divulgação



Samsung funde divisão de celular e eletrônico

A Samsung Electronics substituiu os chefes de suas três principais unidades de negócios e fundiu os negócios de celulares e de eletrônicos de consumo da empresa em uma única unidade. As mudanças deixam dois co-CEOs no topo da maior fabricante mundial de smartphones, televisores e semicondutores. **PÁGINA 03**

Dinheiro em caixa

Petz vai acelerar compras depois da oferta na B3

Na briga pela preferência dos donos de animais de estimação, a Petz conquistou uma vantagem: dinheiro em caixa. O fôlego financeiro, que deve financiar aquisições, veio de uma oferta de ações na Bolsa, concluída em novembro. A operação, que desafiou a maior aversão ao risco do mercado, garantiu tranquilidade à varejista. **PÁGINA 06**

O projeto traz uma alíquota máxima de imposto de exportação sobre o petróleo bruto

CAE força Petrobras a mudar política de preços

Os preços internos deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis



Sergio Moraes - Reuters

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto de lei que cria um programa de estabilização do valor do petróleo e de derivados no Brasil e força uma alteração na política de preços da Petrobras. A proposta foi apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), no contexto de reclamações crescentes sobre o sucessivo aumento do preço dos combustíveis. Agora, o texto segue diretamente para votação do plenário. Depois, se aprovado, ainda precisará ser apreciado pela Câmara dos Deputados. A proposta, relatada pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), tem o condão de alterar a política de preços de reajustes praticados pela Petrobras, que considera as variações dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e do câmbio. O Executivo terá à disposição uma ferramenta para reduzir a volatilidade dos preços, por meio da utilização de bandas móveis de preços. **PÁGINA 02**

Redução de encargos

Pacheco vai pautar o projeto de desoneração da folha de pagamentos na próxima quinta-feira

Festas de fim de ano

"A ideia é a gente fazer os fogos com música eletrônica, umas caixas de som, e a proibição de estacionamento"



Elliane Carvalho - Governo do Rio

Castro sinaliza que haverá réveillon em Copacabana depois do pedido de Paes

Em vez de shows ao vivo, a festa contará com caixas de som **PÁGINA 12**

Restrições

Bolsonaro se descontrola ao comentar pressão da Anvisa

O presidente Jair Bolsonaro se exaltou ontem ao comentar a pressão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por mais restrições nas fronteiras para conter a variante Ômicron do coronavírus. "Estamos trabalhando com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, p...? De novo vai começar esse negócio?", afirmou. O governo cancelou a reunião que faria com a Anvisa na segunda-feira para discutir eventual adoção do chamado passaporte da vacina para entrar no País e, ainda, possível fechamento das fronteiras. **PÁGINA 10**

Caso triplex

MPF pede arquivamento do processo contra Lula

O Ministério Público Federal (MPF) reconheceu a prescrição da pretensão punitiva no caso triplex do Guarujá (SP), se manifestando à Justiça Federal de Brasília pelo arquivamento da ação contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em peça de 16 páginas datada de ontem, a procuradora Marcia Brandão Zollinger apontou a extinção da punibilidade do peitista com relação aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro que lhe foram imputados - assim ele não poderá ser acusado dos mesmos novamente. **PÁGINA 10**

Guedes afirma que o programa de renda básica se impôs pelo sucesso

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a dizer que prefere tirar uma nota menor em fiscal para garantir uma nota melhor no social com o lançamento do Auxílio Brasil de R\$ 400. "O programa de renda básica familiar se impôs pelo sucesso", afirmou. Estamos de olho no social. É um programa que se impôs pelo sucesso que o auxílio emergencial teve durante a pandemia", completou Guedes. Mais uma vez, o ministro garantiu que a economia brasileira crescerá em 2022. "Quando olho para o futuro, não consigo ver o Brasil não crescer." **PÁGINA 06**

IBOVESPA: 107.557,67 ↑ 0,65%

BOLSAS NO MUNDO

Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				FECHAMENTO		
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.			%
MELIUZ ON NM	3.43	+13.58%	+0.41	EZTEC ON NM	19.56	-4.35%	-0.89	PETROBRAS PN EDJ N2	29.36	+1.63%	+0.47	DOW JONES	35.719,43	1,40%
BANCO INTER UNT N2	37.41	+13.36%	+4.41	MRV ON ED NM	11.57	-3.08%	-0.37	VALE ON NM	76.33	+0.74%	+0.56	NASDAQ	15.686,92	3,03%
BANCO INTER PN N2	12.38	+12.14%	+1.34	MULTIPLAN ON N2	20.07	-2.81%	-0.58	PETROBRAS ON EDJ N2	31.19	+2.77%	+0.84	DAX 30	15.813,94	2,82%
LOCAWEB ON NM	13.82	+6.97%	+0.90	COGNA ON ON NM	2.49	-2.73%	-0.07	BRADESCO PN EJ N1	20.95	-1.18%	-0.25	FTSE 100	7.339,90	1,49%
BANCO PAN PN N1	12.43	+6.06%	+0.71	IRBBRASIL REON NM	4.23	-2.31%	-0.10	ITAUUNIBANCO PN EJ N1	22.96	-1.25%	-0.29	IBEX 35	8.559,50	1,42%

DÓLAR COMERCIAL		PESO		EURO		LIBRA		OURO	
COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	BM&FBovespa/grama	Comex NY/onça
5,618	5,618	0,055	0,055	6,324	6,326	7,435	7,438	R\$ 319,50	1.784,04

FONTES DE RECEITA

CAE aprova projeto que cria programa de estabilização do valor do petróleo

A proposta vai alterar a política de preços de reajustes praticados pela Petrobras, que considera as variações dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e do câmbio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto de lei que cria um programa de estabilização do valor do petróleo e de derivados no Brasil e força uma alteração na política de preços da Petrobras. A proposta foi apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), no contexto de reclamações crescentes sobre o sucessivo aumento do preço dos combustíveis. Agora, o texto segue diretamente para votação do plenário. Depois, se aprovado, ainda precisará ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

A proposta, relatada pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), tem o condão de alterar a política de preços de reajustes praticados pela Petrobras, que considera as variações dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e do câmbio. Pelo PL, os preços internos praticados por produtores e importadores de derivados do petróleo deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, "desde que aplicáveis".

"Isso é diferente do atual PPI (preço de paridade de importação) Hoje estamos pagando esses preços na bomba porque estamos numa paridade de preço internacional", afirmou Prates.

Além disso, o Executivo terá à disposição uma ferramenta para reduzir a volatilidade dos preços, por meio da utilização de bandas móveis de preços. O instrumento tem a finalidade de estabelecer limites para variação de preços dos derivados de petróleo, pelo qual o governo federal irá definir a frequência de reajustes e os mecanismos de compensação.



Paul Prates: "Isso é diferente do atual PPI. Hoje estamos pagando esses preços na bomba porque estamos numa paridade de preço internacional"

Quando os preços estiverem baixos, os recursos correspondentes à diferença entre o preço de mercado e o limite inferior da banda são acumulados. Na situação contrária, quando os preços se situarem acima do limite superior da banda, os recursos são utilizados de forma a manter os preços dentro da banda.

Por isso, os senadores também propõem a criação de um Programa de Estabilização de preços. Quem ficará responsável por regulamentar a iniciativa é o governo federal, que definirá a forma de utilização dos recursos e os parâmetros para redução da instabilidade.

Para tornar o programa viável, o PL prevê algumas fontes adicionais de receita: o Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto; dividendos da Petrobras devidos à União; participações governamentais destinadas à União, resultantes tanto de concessão quanto do regime de partilha de produção, ressaltadas vinculações estabele-

cidas na legislação; e resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central da gestão das reservas cambiais. Além disso, o programa poderá, extraordinariamente, utilizar como fonte adicional de receita o superávit financeiro de fontes de livre aplicação disponíveis no balanço da União.

Ainda segundo o texto, a política de preços internos deve se pautar por alguns princípios, como a proteção dos interesses do consumidor; a redução da vulnerabilidade externa; o estímulo à utilização da capacidade instalada das refinarias e à ampliação do parque de refino nacional; a modicidade de preços internos; e a redução da volatilidade de preços internos.

O projeto traz uma alíquota máxima de imposto de exportação sobre o petróleo bruto, que será zerada até o valor do barril atingir US\$ 45. A receita advinda dessa cobrança será usada para subsidiar a estabilização dos preços quando os valores

do insumo subirem. A regra gerou discussões durante a sessão da CAE ontem, já que alguns senadores ainda são reticentes quanto à tributação. Para rebater as críticas, Prates afirmou que essa arrecadação não será a única fonte de recursos para o programa de estabilização de preços.

Segundo o projeto, a alíquota será de no mínimo 2,5% e no máximo 7,5% aplicadas apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 45 por barril e abaixo ou igual a US\$ 85 por barril. A alíquota salta para no mínimo 7,5% e no máximo 12,5% quando é aplicada sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 85 por barril e abaixo ou igual a US\$ 100 por barril.

No caso da parcela de valor acima de US\$ 100 por barril, a alíquota será de no mínimo 12,5% e no máximo 20%. "Lembrando que por ser de aplicabilidade marginal, a alíquota não incidirá sobre a totalidade dos valores, mas sim apenas sobre a parcela

de preço que exceder os valores mencionados", destacou o senador no parecer.

Pelo relatório, o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, obedecidos os limites mínimo e máximo fixados no projeto.

Relator do projeto de lei que cria um programa de estabilização do preço do petróleo e de derivados no Brasil, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou nesta terça-feira, 7, um novo parecer sobre a proposta, alterando as alíquotas de incidência do Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto. A receita advinda dessa cobrança será usada para subsidiar a estabilização dos preços quando os valores do insumo subirem. O PL será votado nesta terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que iniciou a sessão com a leitura do relatório de Prates.

O novo parecer traz uma alíquota máxima de impostos,

que será zerada até o valor do barril atingir US\$ 45 - a versão anterior previa que o imposto valeria quando o barril estivesse acima de US\$ 80. Outra mudança é relativa a alíquota máxima, que agora será de até 20%, contra os 12,5% inicialmente previstos.

Pela nova definição, a alíquota será de no mínimo 2,5% e no máximo 7,5% aplicadas apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 45 por barril e abaixo ou igual a US\$ 85 por barril. A alíquota salta para no mínimo 7,5% e no máximo 12,5% quando é aplicada sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 85 por barril e abaixo ou igual a US\$ 100 por barril.

No caso da parcela do valor acima de US\$ 100 por barril, a alíquota será de no mínimo 12,5% e no máximo 20%. "Lembrando que por ser de aplicabilidade marginal, a alíquota não incidirá sobre a totalidade dos valores, mas sim apenas sobre a parcela de preço que exceder os valores mencionados", destacou o senador no parecer.

Segundo Prates, o ajuste nas alíquotas partiu de sugestões do senador Jaques Wagner (PT-BA), para tornar o mecanismo "mais efetivo". "Reconhecemos, contudo, a importância de assegurar previsibilidade aos investidores, e por isso propomos aqui valores mínimos e máximos a serem cobrados, disponíveis para ajuste do Poder Executivo, buscando aliar a efetividade regulatória e a proteção de investimentos", afirmou Prates.

Pelo relatório, o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, obedecidos os limites mínimo e máximo fixados no projeto.

RETOMADA

Uso dos planos de saúde no País registrou aumento de 8% entre janeiro e setembro

Com a pandemia estabilizada no Brasil e a vacinação caminhando, os beneficiários de planos de saúde retomaram os procedimentos antes deixados de lado. Essa retomada já impacta a operação dos planos de saúde, que no 3º Tri de 2021 pagou a fornecedores e prestadores assistenciais R\$ 43 bilhões, o valor mais alto desde o primeiro trimestre de 2019, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esse custo recorde é consequência da inflação da saúde,

da incerteza econômico brasileira, mas, sobretudo, pela alta demanda de procedimentos não urgentes.

Ainda segundo a ANS, a sinistralidade no terceiro trimestre de 2021 ficou em 83%, oito pontos percentuais maior que no primeiro trimestre do ano, que foi de 75%. Considerada a projeção feita pela agência reguladora, o quarto trimestre é ainda mais preocupante: as operadoras podem encerrar 2021 com 85% de sinistralidade, dez pontos percentuais a mais que o apre-

sentado no começo do ano.

"Os números divulgados recentemente pela ANS corroboram alertas que temos feito desde o primeiro semestre: a sinistralidade está em escalada, o que indica forte aumento das despesas assistenciais. Assim como a redução do uso em 2021 resultou em queda das mensalidades neste ano, para 2022 o movimento, infelizmente, vai em direção contrária, com enorme pressão de custos que terá reflexos nos reajustes dos planos", alerta a diretora exe-

cutiva da FenaSaúde, Vera Valente.

Ainda de acordo com a análise de Vera Valente, o que vem ocorrendo na saúde não é diferente do que ocorre em outros setores da economia brasileira. "A inflação tornou-se novamente preocupação central dos brasileiros, com índices gerais já estão acima de dois dígitos. Todos os setores de serviços estão sofrendo. Escolas terão os maiores aumentos em 5 anos e energia elétrica terá tarifas até 20% mais altas, segundo esti-

mativas de mercado", conclui.

Embora as internações por Covid-19 tenham despencado desde o início da campanha de vacinação, o custo por paciente com a doença em uma internação UTI está em patamares máximos na pandemia. É o que aponta estudo da FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar) a partir de dados coletados com seis operadoras associadas à entidade, que representam 25% do total de beneficiários da saúde suplementar.

Os custos por internação

Covid-19 (UTI), em setembro/20, estavam em R\$ 63.966 em média, por paciente. Após um ano, esse número saltou para R\$ 97.328, valor 52,2% a mais. Em relação a agosto/21, os valores de setembro/21 se mostram estáveis, porém, a estabilidade se dá em níveis muito altos.

A FenaSaúde entende que os dados são reflexo da variação cambial, aumento de custos logísticos e das incertezas na economia brasileira, que refletem na escalada de preços.

Diário Comercial Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda. Filiado à: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS	DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA Bruna Luz	DIRETOR EXECUTIVO Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br	Asses nossa edição digital:
	DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br	PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br	
	SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasília, PR Newswire, Senado e Câmara	IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.	
As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.			
ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL	SÃO PAULO	BRASILIA	BELO HORIZONTE
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906	Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000	Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845	Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232
REPRESENTANTE COMERCIAL	Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01 Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770 - Telex: (61) 99188-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com		
redacao@diariocomercial.com.br administracao@diariocomercial.com.br comercial@diariocomercial.com.br comercialsp@diariocomercial.com.br homepage: www.diariocomercial.com.br			

SEMICONDUCTORES

Samsung troca toda a equipe e funde as divisões de celulares e eletrônicos

A companhia tem planos ambiciosos de investimento para competir na fabricação de chips avançados, enquanto se esforça para afastar os rivais chineses de telefones e outros aparelhos

Seul - A Samsung Electronics, em uma decisão inesperada, substituiu os chefes de suas três principais unidades de negócios e fundiu os negócios de celulares e de eletrônicos de consumo da empresa em uma única unidade.

As mudanças deixam dois co-CEOs no topo da maior fabricante mundial de smartphones, televisores e semicondutores. A Samsung tem planos ambiciosos de investimento para competir com a Taiwan Semiconductor Manufacturing na fabricação de chips avançados, enquanto se esforça para afastar os rivais chineses com telefones e outros aparelhos.

Kyung Kye-hyun, 58 anos, vai liderar o negócio de componentes da empresa, depois de ter sido CEO de outra afiliada da Samsung que fabrica outros tipos de peças de tecnologia. Han Jong-hee, 59, um veterano do negócio de TV da Samsung, comandará a unidade combinada de produtos eletrônicos para celulares e consumidores.

A combinação de celulares e de produtos eletrônicos de consumo reconhece como as fontes de lucros da empresa mudaram ao longo dos anos. No início dos anos 2000, as TVs de tela plana impulsionavam o desempenho, então os smartphones assumiram a dianteira dos negócios durante grande parte dos anos de 2010. Os semicondutores estão gerando resultados agora.

A Samsung mudou para uma estrutura de CEOs múltiplos em 2013. Naquela época, a empresa sul-coreana estava envolvida em litígios de patentes com a Apple sobre smartphones, enquanto sua unidade de eletrônicos de consumo se tornava mais formidável.

Ao dividir a empresa em três unidades separadas, as unidades de telefones e eletrodomésticos da Samsung poderiam evitar um potencial conflito de interesses com seu negócio de componentes - que vendia peças para a Apple e outras rivais de eletrônicos, disseram analistas da indústria na época.



Samsung: a combinação de celulares e de produtos eletrônicos de consumo reconhece como as fontes de lucros da empresa mudaram ao longo dos anos

A gigante da tecnologia optou pela continuidade da liderança, enquanto seu líder de facto, Lee Jae-yong, estava atrás das grades por subornar o ex-presidente da Coreia do Sul. Mas Lee, neto de 53 anos do fundador da Samsung, foi libertado em agosto. Todas as decisões importantes exigem sua aprovação. Os apoiadores de Lee argumentaram que a Samsung estava em um estado de paralisia corporativa durante sua ausência.

A Samsung Electronics apresentou ontem três de suas mais recentes soluções de chips automotivos; o Exynos Auto T5123 para conectividade 5G, o Exynos Auto V7 para sistemas abrangentes de infotretenimento no veículo e o IC de gerenciamento de energia S2VPS01 certificado pela ASIL-B (PMIC) para a série Auto V.

“Tecnologias automotivas mais inteligentes e conectadas para experiências enriquecidas no veículo, incluindo entretenimento, segurança e conforto, estão se tornando recursos essenciais na estrada”, disse Jaehong Park, vice-presidente executivo do System LSI Custom SOC Business da Samsung Electronics. “Com um modem 5G avançado, um processador multi-core aprimorado com IA e uma solução PMIC comprovada pelo mer-

cado, a Samsung está transformando sua experiência em soluções móveis em sua linha automotiva e está posicionada para expandir sua presença no campo.”

O Exynos Auto T5123 é uma unidade de controle telemática 3GPP Release 15 projetada especificamente para oferecer conectividade 5G rápida e contínua em modo autônomo (SA) e não autônomo (NSA) para a próxima geração de carros conectados. Ele fornece informações essenciais para o veículo em tempo real por meio de download em alta velocidade de até 5,1 gigabits por segundo (Gbps) e permite que os passageiros desfrutem de uma série de novos serviços, como streaming de conteúdo de alta definição e chamadas de vídeo em trânsito.

Para processar com eficiência grandes quantidades de dados transmitidos e recebidos através do modem 5G, o Exynos Auto T5123 suporta uma interface PCIe de alta velocidade (PCI Express) e uma DRAM móvel LPDDR4x de baixo consumo de energia e alto desempenho. Além disso, a unidade vem com dois núcleos de CPU Cortex-A55 e um Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) integrado para minimizar o uso de CIs externos e ajudar a reduzir o tempo de desenvolvimento do produto. O T5123 atende a

requisitos rigorosos para componentes automotivos e é qualificado pelo Automotive Electronics Council-Q100 (AEC-Q100).

O Exynos Auto T5123 está atualmente em produção em massa e está oferecendo recursos de comunicação de veículos baseados em 5G pela primeira vez na indústria.

O Exynos Auto V7 é a mais nova adição à linha de processadores automotivos da Samsung e é projetado para sistemas de infotretenimento em veículos. Para desempenho de processamento poderoso, o V7 integra oito núcleos de CPU Arm Cortex-A76 de 1,5 gigahertz (GHz) e 11 núcleos de GPU Arm Mali G76. A GPU vem em dois grupos separados, com três núcleos no domínio ‘pequeno’ para exibição em cluster e AR-HUD, e oito no domínio ‘grande’ para exibição central de informações (CID) e outros. Essa separação física permite que a GPU ofereça suporte a vários sistemas simultaneamente e traz uma operação mais segura, pois evita que um domínio interfira em outro. Além de sua CPU e GPU potentes, o V7 está equipado com um NPU para serviços convenientes, como assistência virtual que pode processar dados visuais e de áudio para recursos de reconhecimento de rosto, fala ou gestos.

Para uma experiência de

direção mais segura e agradável, o Exynos Auto V7 suporta até quatro monitores e 12 entradas de câmera que fornecem informações para auxiliar os motoristas e passageiros. O sistema de imagem do V7 fornece correção de pixel ruim, compressão de faixa dinâmica e correção de distorção geométrica para fornecer imagens silenciosas e sem distorção para recursos como visão surround e assistência de estacionamento. Para entretenimento envolvente no carro, o chip vem com três processadores de áudio HiFi 4 que oferecem excelente qualidade de áudio para músicas, filmes e até jogos em movimento. Para executar todos esses recursos da maneira mais suave possível, o V7 tem até 32 gigabytes (GB) de capacidade de memória LPDDR4x que oferece alta largura de banda de até 68,3 gigabytes por segundo (GB/s).

O Exynos Auto V7 também oferece forte proteção de dados por meio de um processador de segurança isolado para operação de criptografia e fornece uma chave de hardware usando uma função programável única (OTP) ou função física não clonável (PUF). Além disso, para segurança funcional crítica, o Exynos Auto V7 está em conformidade com os requisitos ASIL-B de suporte de segurança para um cluster digital e uma

ilha de segurança incorporada que detecta e gerencia falhas para manter um estado seguro com uma unidade de gerenciamento de falhas (FMU).

O Exynos Auto V7 está atualmente em produção em massa e está sendo usado no mais recente In-Car Application-Server (ICAS) 3.1 da Volkswagen, desenvolvido pela divisão VS (Vehicle component Solutions) da LG Electronics, para alimentar seu infotainment de próxima geração em veículos sistema.

O S2VPS01 é um PMIC projetado e desenvolvido especificamente para o Exynos Auto V9 e V7. É a primeira solução automotiva da Samsung produzida sob a certificação de processo de segurança funcional ISO 26262, adquirida em 2019, e também obteve a certificação ASIL-B em 2021.

Um nível de integridade de segurança automotiva (ASIL), especificado pela ISO 26262, varia de A a D, com D sendo o nível mais alto. O Nível é atribuído pela análise e avaliação da gravidade, exposição e controlabilidade das operações do veículo em vários ambientes. Para garantir a segurança dos sistemas veiculares, a conformidade com ASIL-B está se tornando um requisito fundamental para OEMs automotivos e seus fornecedores Tier 1 ao selecionar parceiros e soluções.

O S2VPS01 regula e retifica o fluxo de energia elétrica, permitindo desempenho confiável e robusto do sistema de infotretenimento no veículo. É composto de conversores buck triplos / bifásicos altamente eficientes e integra um regulador de baixa queda (LDO) e um relógio em tempo real (RTC) dentro do pacote. Para proteção contra condições térmicas e elétricas adversas, o IC de energia vem com várias funções de proteção, incluindo proteção contra sobretensão (OVP), proteção contra sub-tensão (UVP), proteção contra curto-circuito (SCP), proteção contra sobrecarga de corrente (OCP), desligamento térmico (TSD), monitoramento de relógio e verificações de travamento de saída.

AÇÃO CLIMÁTICA

Ambev quer zerar emissões de carbono em sua produção

As mudanças climáticas são um dos desafios mais urgentes da sociedade. Em mais um avanço nesta agenda, a Ambev quer zerar emissões de carbono de toda sua cadeia de valor até 2040, ou seja, escopos 1, 2 e 3. O plano para alcançar Net Zero integra ações que estão em andamento desde 2017, quando a companhia firmou compromissos focados em ação climática, gestão de água, agricultura e embalagem circular. O anúncio global foi feito ontem, junto com a apresentação do novo propósito da companhia: “Sonhamos grande por um futuro com mais razões para brindar.”

“O novo propósito traduz a união entre a nossa capacidade de mobilizar pessoas em um objetivo comum e nossas ações para construir um futuro melhor. A sustentabilidade é fundamental nessa construção. O avanço na pauta de ação climática representa a solidez dos resultados das nossas ações e compromissos

ambientais até aqui, e a certeza de que podemos e iremos fazer muito mais”, diz Rodrigo Figueiredo, vice-presidente de Sustentabilidade e Suprimentos da Ambev.

Desde 2017, quando a Ambev assumiu compromissos de sustentabilidade até 2025, a companhia avançou fortemente nessa jornada. No Brasil, as emissões totais de Gases de Efeito Estufa (GEE) de suas operações (escopos 1 e 2) foram reduzidas em 35% até 2020, e 100% de suas 32 unidades no país já operam com energia renovável. Neste ano, a Ambev deu um passo inédito com sua cervejaria em Ponta Grossa (PR), sua malteria em Passo Fundo (RS) e o centro de distribuição em Joinville (SC) sendo as primeiras da sua operação no Brasil carbono neutro.

Para zerar as emissões de carbono até 2040, a companhia estabeleceu um plano de Ação Climática baseado em três frentes, alinhado ao Science-based Targets Initia-

tive (SBTi), que consiste em contribuir para conter o aquecimento global em 1,5 grau. A colaboração com fornecedores, parceria com startups com soluções inovadoras e envolvimento com a indústria em geral continuarão sendo chave para avançar na descarbonização da cadeia de valor. As frentes de economia circular e inovação em embalagens continuam sendo grandes aliadas nesse processo.

O envolvimento de agricultores ligados à sua cadeia de abastecimento para escalar práticas de agricultura regenerativa para enriquecer a saúde do solo e melhorar a capacidade de captura de carbono. Além disso, a companhia continua apostando em soluções baseadas na natureza para melhorar a saúde das bacias hidrográficas.

A redução das emissões locais em suas operações e em toda sua cadeia de valor, inclusive por meio de investimentos para impulsionar a inovação local.

FONTE DE INFORMAÇÃO

CVM estuda criar regulação para influenciadores digitais

Com o crescente peso das redes sociais na tomada de decisões de investidores, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu realizar um estudo para avaliar os impactos da criação de regras específicas para influenciadores digitais. Chamado de Análise de Impacto Regulatório (AIR), o estudo será desenvolvido em 2022 e servirá de apoio para a autarquia decidir se deve ou não regulamentar essa atividade.

Antonio Berwanger, superintendente de desenvolvimento de mercado da CVM, lembra que estudos indicam que os influenciadores digitais tornaram-se uma das principais fontes de informação para investidores tomarem decisões. Segundo ele, isso cria uma alerta para a xerife dos mercados de capitais. “Pode, algumas vezes, haver outros interesses que ficam invisíveis para os investidores”, disse Berwanger.

Ele explica que o AIR vai analisar, por exemplo, como o tema tem sido tratado pelos órgãos reguladores do mercado de capitais de outros países.

Berwanger lembrou que a decisão por realizar a análise de impacto regulatório não significa que a autarquia irá, necessariamente, lançar regras sobre o tema. “A conclusão pode ser que, no momento, não existem medidas a serem adotadas sobre isso”, disse o superintendente, durante evento online.

No fim do ano passado, a área técnica da CVM emitiu esclarecimentos sobre suas interpretações a respeito da atuação de pessoas nas redes sociais em ofertas de serviços profissionais que dependam de registro na CVM, sejam influenciadores ou não. Somente pessoas que atuam em caráter profissional precisam de credenciamento. A atuação profissional pode ser

caracterizada por habitualidade, benefícios, cobranças, receitas indiretas.

A CVM deve publicar também neste fim de ano a revisão do regime informacional das companhias abertas. A minuta foi colocada em audiência pública há um ano e propõe simplificar o formulário de referência e aprimorar a prestação de informações ligadas à agenda ESG (sigla em inglês para ambiental, social e de governança). A reforma da Instrução 480 era uma das mais aguardadas da agenda regulatória da CVM.

“A edição da Instrução 480 é um primeiro passo importante no sentido de exigir transparência e disclosure das questões de ESG por parte das companhias abertas”, disse Antonio Berwanger, superintendente de desenvolvimento de mercado da CVM, durante evento ao vivo sobre 45 anos da CVM.



MARCAS DE LUXO

Rede Iguatemi inaugura a primeira loja temporária de seu e-commerce

A nova unidade deve servir como expositor para marcas de luxo vendidas só no site. Essa combinação de online e offline vai ampliar a oferta de produtos que antes não estavam disponíveis

Pensando em aprimorar a experiência de vendas online do setor de varejo premium, a rede Iguatemi inaugurou ontem a primeira loja "pop-up" (temporária) do seu e-commerce Iguatemi 365. A ação faz parte da estratégia da companhia de interligar o mundo virtual ao físico dos shoppings para os consumidores. A nova unidade deve servir como expositor para marcas de luxo vendidas exclusivamente no site da companhia. "Essa combinação de online e offline vai ampliar a oferta de produtos que antes não estavam disponíveis no País", contou o copresidente do Iguatemi, Carlos Jereissati Filho.

Essa é mais uma iniciativa da estratégia da rede de shoppings na expansão do serviço de e-commerce de luxo, criado em outubro de 2019. Atualmente, o Iguatemi 365 é responsável por comercializar em seu marketplace cerca de 1,6 mil produtos de 62 marcas nacionais e internacionais, das quais 30 são exclusivas da plataforma e outras 18 não têm lojas físicas no Brasil.

"Nós sabemos que, no mundo da moda, poder tocar os produtos ainda faz muita diferença para os clientes", afirmou o diretor de negócios digitais do Iguatemi, Mário Meirelles. Para a decoração



Iguatemi: a rede é responsável por comercializar em seu marketplace cerca de 1,6 mil produtos de 62 marcas nacionais e internacionais, das quais 30 são exclusivas

da pop-up do Shopping Iguatemi, em São Paulo, a empresa se inspirou em grandes lojas de departamentos, como Bloomingdale's e Barney's New York.

Conforme divulgado pela empresa, apesar de inauguração da loja física, todo o processo de compra continuará

virtual pelo site do Iguatemi 365. Dentro dessa iniciativa, a companhia também se prepara para o lançamento de um aplicativo para celulares que deve facilitar o processo de compras do marketplace.

Essas iniciativas vêm depois de a Iguatemi ampliar seu processo logístico na entrega dos

itens de luxo para todo o Brasil. A empresa, contudo, não divulga as informações sobre investimentos das iniciativas de expansão da operação. No terceiro trimestre, a companhia teve prejuízo de R\$ 57,9 milhões. O resultado foi reflexo do efeito negativo da Infracommerce, empresa relacionada ao

mundo digital na qual o grupo detém participação.

Para o consultor Luiz Felipe Salles, fundador Mix Retails Malls, o uso de diferentes canais de venda é tendência cada vez mais forte para os negócios que nasceram no mundo virtual. "A empresa precisa se conectar em todos os

pontos de venda com o cliente. Em algum momento todas as companhias vão ter de ser físicas e virtuais", diz Salles.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai, o lançamento do Iguatemi vai ao encontro do desejo dos consumidores de buscar não só produtos, mas também uma experiência de compra mais exclusiva - algo difícil de se fazer apenas pela internet. "O varejo de shopping está se modernizando, encontrando novos formatos e soluções para oferecer a melhor experiência para o consumidor", afirmou Humai.

De olho na expectativa de crescimento das vendas no mercado de luxo para o próximo ano, o grupo dá ênfase aos novos nomes da moda premium. Os consumidores terão acesso a produtos como Chiara Ferragni, Fjällräven e Annak, ao lado de grifes clássicas como Tiffany & Co. e Dolce & Gabbana.

"Nós temos uma boa expectativa para 2022. O mercado da alta moda nacional e internacional está em alta", afirma Jereissati. "Outras marcas importantes querem estar no nosso marketplace e estão nos procurando. Nós teremos novidades para aumentar essa constelação de marcas de luxo em 2022", complementa.

CALOTE

PEC dos Precatórios representa grande risco fiscal e demonstra falta de planejamento

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 23/2021 no Senado é um grande risco fiscal para o Brasil e demonstra a falta de planejamento do governo para enfrentar as prioridades do País. Essa é a avaliação de especialistas em Direito Tributário e Constitucional. "O esforço para possibilitar a existência de programas sociais que mitiguem as consequências da pandemia para a sociedade e para economia é válido. O problema é que, por outro lado, os credores de precatórios no Brasil tenham que pagar essa conta que, em tese, dado o regime constitucional anterior, já deveriam estar pagas. Trata-se de um

calote do calote", afirma Antônio Carlos de Freitas Júnior, doutor em Direito Constitucional e Eleitoral pela Universidade de São Paulo (USP).

A PEC 23/2021, mais conhecida como a PEC dos Precatórios, cria dentro do Orçamento da União de 2022 um intervalo fiscal estimado em R\$ 106 bilhões para custear o programa sucessor do Bolsa Família: o Auxílio Brasil, de transferência de renda de R\$ 400 mensais aos beneficiários. A PEC apresenta uma mudança na fórmula de cálculo do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95/2016 e ainda cria um subteto para o pagamento de precatórios e das dívidas

da União.

"A PEC dos precatórios demonstra um verdadeiro calote por parte do Governo Federal. Tendo em vista que a previsão para pagamento dessas dívidas já existia anteriormente, não se trata de um meteoro, que apareceu de uma hora para a outra, como alega o ministro Paulo Guedes", ressalta Gabriel Quintanilha, advogado especialista em Direito Tributário e Econômico e professor de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Como já havia uma previsão de que esses precatórios seriam devidos, porque são dívidas consolidadas durante anos, relativas a processos já

transitados e julgados, cria-se um problema fiscal de grande monta para o País, analisa Quintanilha. "Isso demonstra uma falha de planejamento e um claro interesse político na aprovação do Auxílio Brasil a qualquer custo. Mesmo que o custo seja o aumento do risco fiscal brasileiro", afirma ele.

O texto aprovado no Senado traz uma alteração que determina que até o ano de 2026 esse espaço fiscal aberto será vinculado apenas a gastos sociais como programas de transferência de renda, Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Segundo o advogado Antônio Carlos de Freitas Júnior, as modificações colocadas no

Senado de mudar o período de vigência de 2036 para 2026 deram o contorno para que seja um regime excepcional para o contexto atual devido à crise econômico-social. "Conforme estava no texto anterior, havia espaço para aproveitar o momento para dar um calote de longo prazo", diz ele. "No entanto, esse novo cálculo flexibiliza o teto de gastos e o deixa mais permeável ao aumento de gastos. Isso é ruim para o contexto brasileiro porque permite-se mais gastos sem controle fiscal que deveria ser feito", alerta o especialista.

O ajuste fiscal é uma questão que deveria ser enfrentada por ambas as casas legislativas

e pelo Governo, mas com a PEC os credores dos precatórios é que acabarão pagando a conta. "Não houve um enfrentamento direto das prioridades governamentais de melhorar a performance do Estado, não houve ações diretas de como lidar melhor com as empresas públicas, ou de estudar privatizações, ou de criação de formas do Estado gastar menos ou, ainda, de como aperfeiçoar a arrecadação sem necessariamente aumento direto de tributos. O governo não fez a sua parte e os custos ficaram a cargo do furo do teto e do prolongamento dos precatórios já reconhecidos pelo Estado e pelo Judiciário", explica Freitas Júnior.

TETO DE GASTOS

Governo estima déficit de R\$ 2,6 bilhões

Depois da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios com R\$ 106,1 bilhões a mais para o governo gastar em 2022, o Ministério da Economia calcula que ainda faltam R\$ 2,6 bilhões de espaço no teto de gastos, regra que atrela as despesas à inflação, para acomodar o Orçamento do ano eleitoral.

Com esse "rombo", as pressões para novos aumentos dos gastos vão agora se concentrar nas negociações para a votação do Orçamento, que se intensificaram com a apresentação do relatório preliminar do relator-geral, Hugo Leal

(PSD-RJ).

O parecer mantém o caminho para R\$ 16 bilhões em emendas do orçamento secreto em ano eleitoral, sinalizando que a pressão por gastos continua. A manutenção das emendas de relator, as RP9, não está na lista da equipe econômica. Os dados mostram que a PEC não foi suficiente para o tamanho da demanda do presidente Jair Bolsonaro e dos seus aliados.

Para acomodar mais gastos, o relator terá de cortar outras despesas discricionárias dos ministérios (verbas gastas em investimentos e custeio da máquina), que

“O governo incluiu na conta o gasto adicional de R\$ 54,6 bilhões para o Auxílio Brasil turbinado de R\$ 400”

somam apenas R\$ 98 bilhões para 2022. Ou, na pior das hipóteses, passar a tesoura em gastos obrigatórios (como despesas previdenciárias), repletando o que aconteceu na votação do Orçamento de 2021 - que abriu um impasse com

o Ministério da Economia e levou a uma crise política no início do ano.

A conta do Ministério da Economia tem servido de base nas negociações com o Congresso, mas também vem sendo usada pelo minist

rio da Economia, Paulo Guedes, para rebater a ideia dos críticos de que a PEC serviu de base para uma explosão de gastos eleitorais que colocam em risco as contas públicas. Guedes vem reforçando esse ponto de vista e chama a abertura do espaço fiscal de "teto solar".

Na conta, o governo incluiu o gasto adicional de R\$ 54,6 bilhões para o Auxílio Brasil turbinado de R\$ 400 para 17,9 milhões de famílias, além da elevação das despesas com benefícios previdenciários, por causa da alta da inflação. Também houve aumento das despesas vinculadas ao piso da

saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e de emendas parlamentares impositivas.

A prorrogação da desoneração da folha a 17 setores que mais empregam no País, com custo de R\$ 5,3 bilhões, está na lista. O texto já passou pela Câmara e aguarda o Senado.

Com o desgaste da PEC, auxiliares de Guedes têm apresentado dados a investidores que apontam que, mesmo com a aprovação do texto, a previsão para as contas públicas em 2022 seria hoje melhor do que quando o projeto de lei orçamentária foi enviado, em agosto.



TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL

Chamado de “dinossauro” por executivos da matriz na Alemanha, por defender um combustível que parecia ultrapassado em tempos de eletrificação mundial de carros, o presidente da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si, acabou convencendo o conselho mundial de que o etanol é uma alternativa no processo de descarbonização para países menos desenvolvidos. Ganhou aval para criar um centro de pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis que, segundo ele, poderá exportar tecnologia, motores e veículos para países com as mesmas condições do Brasil Confira trechos da entrevista.

Por que o sr. assumiu a tarefa de ser ‘garoto-propaganda’ do etanol?

Nos últimos dois anos, vi a Europa, os EUA e a China avançarem muito em carros elétricos e pensava no futuro da indústria automobilística do Brasil. Não acho que as empresas vão instalar fábricas de elétricos na região. Mas, quando falava de etanol na matriz, me chamavam de dinossauro, pois consideravam uma solução antiga.

Como mudaram de visão?

A convite do CEO, Herbert Diess, apresentei ao conselho global os conceitos do etanol que, dependendo do carro, emite até 80% menos CO₂ do que um a gasolina, quando medido o ciclo completo de produção. Mostrei que o Brasil não precisa esperar 20 anos ou mais até a eletrificação chegar para promover a descarbonização. O País tem um modelo sustentável a oferecer. O conselho entendeu e pôs o biocombustível no mapa estratégico do grupo.

O que isso significa?

Vamos usar parte dos R\$ 7 bilhões de investimento previsto até 2026 em um centro inédito de P&D para trabalhar, entre outros projetos, no desenvolvimento de carros híbridos flex, que poderão usar o etanol da cana ou outro biocombustível e, mais para o longo prazo, no carro a



Volkswagen terá carros híbridos a etanol

A empresa vai exportar motores, engenharia e tecnologia flex para países como África do Sul e Índia

célula de combustível que vai gerar hidrogênio com etanol. Nesse projeto temos parceria com a Unicamp.

Não será mais uma ‘jabuticaba’ brasileira, algo que só existe no Brasil?

Dessa vez será uma ‘jabuticaba for export’, pois poderemos exportar motores, engenharia e tecnologia flex para países como África do Sul, Índia, Rússia e sudeste asiático, que também vão demorar a ter um processo de eletrificação. Na África, 80% da matriz energética é carvão. A Índia está perto de aprovar lei para uso de motores flex. No primeiro trimestre de 2022, vou para lá para ajudar a desenvolver a nova política.

Outras montadoras acompanham essa missão?

Poucas.

Por quê?

De forma genérica, a maior parte das montadoras fala que o futuro é elétrico, e cada uma tem sua estratégia. A própria Volkswagen está investindo 75 bilhões de euros em elétricos e híbridos. Mostramos que também há outros caminhos. Para que investir bilhões em carros elétricos no Brasil se já temos os biocombustíveis? Além disso, qualquer política pública tem três bases: meio ambiente, social e econômica. A indústria do etanol tem as três porque também

gera empregos. Além disso, com o bagaço da cana, que antes era resíduo, hoje se faz biometano e biogás, ou seja, o etanol abastece carros e a matriz energética

O Brasil não ficará para trás no mercado de elétricos?

A importância não é o carro ser elétrico ou a combustão, mas neutro em carbono e sustentável, e o etanol faz isso. Se o país tem matriz energética limpa e o consumidor quer carro elétrico, faz sentido ter uma política mais agressiva de eletrificação. No Brasil, o carro elétrico faz sentido, pois a matriz energética é limpa, mas, quando comparamos com o etanol, o resultado (de emissão) é mais ou menos o mesmo. O mais vantajoso aqui é o carro híbrido flex, porque junta a boa matriz energética com o etanol.

No futuro, o Brasil terá frota significativa de elétricos?

A Volkswagen terá carros elétricos e híbridos a etanol. O que temos de incentivar é o carro com a tecnologia mais sustentável. Para mim, são tecnologias complementares. Imagina se o Brasil tiver de esperar a eletrificação? Pode levar 20 ou 30 anos, mas precisamos descarbonizar antes, e o etanol é fantástico para esse período. Depois podemos equilibrar a demanda com elétrico e híbrido.

No longo prazo, pode ter produção de elétrico aqui?

Acho que não, por causa do alto investimento necessário. Até agora, não se viu anúncio na América Latina. Talvez tenha alguma coisa em CKD (só montagem), mas estou falando em fábricas de carros, de baterias, de reciclagem de baterias. A Alemanha vive uma transformação, porém com forte apoio do governo. O país tem visão estratégica para o setor, vai investir e gerar empregos. Na indústria brasileira, não enxergo investimento pesado em elétrico nos próximos 10 a 15 anos. Mas posso estar equivocado.

PRESSÃO DOS COMBUSTÍVEIS

IGP-DI registrou queda de 0,58% em novembro

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou queda de 0,58% em novembro, após um avanço de 1,60% em outubro, divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o IGP-DI acumulou uma elevação de 16,28% no ano e avanço de 17,16% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O IPA-DI, que representa o atacado, teve redução de 1,16% em novembro ante uma alta de 1,90% em outubro. O IPC-DI, que apura a evolução de preços no varejo, subiu 1,08% no mês passado, após o avanço de 0,77% em outubro. Já o INCC-DI, que mensura o impacto de preços na construção, teve elevação de 0,67% em novembro, depois da alta de 0,86% antes. O período de coleta de preços para o índice de novembro foi do dia 1º ao dia 30 do mês.

As altas de 7,44% no custo da gasolina e de 10,61% no etanol pressionaram a inflação ao consumidor dentro do IGP-DI de novembro, informou a FGV. O IPC-DI teve elevação de 1,08% no mês passado. Duas das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais elevadas: Transportes (de 1,31% em outubro para 3,07% em novembro) e Habitação (de 0,37% para 0,56%). Houve influência dos itens: gasolina (de 2,73% para 7,44%) e condomínio residencial (de 0,39% para 1,43%).

Na direção oposta, as taxas foram mais baixas nos grupos Alimentação (de 0,88% para 0,66%), Comunicação (de 0,44% para 0,09%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,25% para 0,16%), Vestuário (de 0,81% para 0,59%), Educação, Leitura e Recreação (de 1,57% para 1,51%) e Despesas Diversas (de 0,28% para 0,20%).

Os destaques partiram dos itens: hortaliças e legumes (de 9,40% para 6,68%), tarifa de telefone residencial (de 5,07% para 0,25%), artigos de higiene e cuidado pessoal (de 0,56% para 0,17%), calçados (de 1,32% para 0,37%), passagem aérea (de 9,97% para 8,87%) e alimentos para animais domésticos (de 1,98% para 1,00%).

O núcleo do IPC-DI passou de alta de 0,44% em outubro para um avanço de 0,43% em novembro. Dos 85 itens componentes do IPC, 36 foram excluídos do cálculo do núcleo. O índice de difusão, que mede a proporção de itens com aumentos de preços, passou de 71,94% em outubro para 69,35% em novembro.

O núcleo do IPC-DI é usado para mensurar tendências e calculado a partir da exclusão das principais quedas e das mais expressivas altas de preços no varejo. Ainda de acordo com a FGV, o núcleo acumulou uma elevação 4,41% no ano e avanço de 4,77% em 12 meses.

A alta no custo da mão de obra e dos materiais de construção sustentou a inflação do setor no IGP-DI de novembro. No INCC-DI, o índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços saiu de uma alta de 1,68% em outubro para um aumento de 0,95% em novembro. O custo dos Materiais e Equipamentos passou de alta de 1,92% em outubro para avanço de 1,03% em novembro, enquanto os Serviços saíram de 0,47% para 0,52%.

Já o índice que representa o custo da Mão de Obra passou de uma estabilidade (0,00%) em outubro para um aumento de 0,38% em novembro.

Os preços dos produtos agropecuários no atacado medidos pelo IPA Agrícola recuaram 1,71% em novembro, depois de uma queda de 0,06% em outubro, dentro do IGP-DI. Já os produtos industriais - mensurados pelo IPA Industrial - caíram 0,93% em novembro, ante aumento de 2,72% em outubro.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,62% em novembro, ante um avanço de 1,47% em outubro. Os preços dos bens intermediários subiram 2,68% em novembro, após aumentarem 3,47% em outubro. Os preços das matérias-primas brutas registraram redução de 6,40% em novembro, depois do avanço de 0,75% em outubro.

VALOR DAS EXPORTAÇÕES

Comércio da América Latina e do Caribe terá uma recuperação importante em 2021

De acordo com relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) divulgado ontem, o comércio internacional da região terá uma recuperação importante em 2021. O crescimento ocorre após forte queda observada no ano passado. A recuperação, no entanto, não será igual em todos os países por causa da incerteza provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Segundo o levantamento Perspectivas do Comércio

Internacional da América Latina e do Caribe 2021, haverá um aumento de 25% no valor das exportações regionais de bens neste ano após uma queda de 10% em 2020. Esse aumento é impulsionado pela alta de 17% nos preços de exportação e uma expansão de 8% do volume exportado.

Expectativa para 2022 é aumento de 10% no valor das exportações regionais de bens e 9% nas importações, mesmo com menor crescimento da economia regional e mundial.

A América do Sul registrou o maior aumento do valor exportado em 2021, de 34%, beneficiada especialmente com os maiores preços das matérias-primas. No Caribe, o aumento das exportações ocorre pela alta dos preços do petróleo e do gás.

“O aumento das exportações de bens da região durante 2021 é explicado principalmente pelo aumento dos preços dos produtos básicos, sobretudo minerais, petróleo e produtos agroindustriais, mais do que pela expansão do volume

exportado. Da mesma forma, as exportações regionais de serviços ainda não se recuperaram da queda sofrida como resultado da pandemia”, mostra o relatório.

Conforme a comissão, a dependência dos países da região no turismo supera a média mundial e faz com que a incerteza quanto à reabertura do setor condicione negativamente as perspectivas de várias economias, especialmente dos países do Caribe.

“Essa situação exige uma

reflexão sobre a urgência de aprofundar a integração econômica regional. Avançar para um mercado regional integrado é indispensável não só para gerar escalas eficientes de produção e promover processos de diversificação produtiva e exportadora, mas também para alcançar maior autonomia em setores estratégicos. Esse último objetivo tem adquirido particular relevância face às perturbações provocadas pela pandemia nas cadeias mundiais de abastecimento”, des-

tacou a secretária executiva Alicia Bárcena na apresentação do documento.

O relatório da Cepal indica vários fatores de incerteza no comércio mundial com reflexos na região como o ritmo desigual de vacinação e novas variedades do vírus; pressões inflacionárias e dificuldade em manter os estímulos fiscais; tensões comerciais e riscos no setor imobiliário da China; interrupções nas cadeias de abastecimento e aumento dos fretes.

REPAROS E RESTAURAÇÕES

Thyssenkrupp inaugura novo centro no Peru

A Thyssenkrupp, por meio da unidade de negócios Industrial Solutions, inaugurou um segundo Centro de Serviços no Peru, ampliando as operações de mineração no país e fortalecendo ainda mais a presença na América do Sul. Com a instalação dessa nova unidade, que possui 13 mil m² e está localizada em La Joya, na província de Arequipa, a empresa passa a contar com seis Centros de Serviços no continente.

Presente no mercado peruano de mineração há 16 anos, a companhia planeja expandir o portfólio de serviços e dobrar a capacidade instalada na região com a abertura do novo Centro de Serviços em La Joya. No local, a Thyssenkrupp vai oferecer reparos, restaurações e recondicionamento de grandes componentes de equipamentos direcionados à mineração, entre eles de sua tecnologia de prensas de rolo de alta pressão, conhecidas pela sigla HPGR (high pressure grinding

rolls). A proposta é oferecer aos clientes programas customizados de armazenamento de peças de reposição e suprimentos estratégicos, planos de treinamento e assistência técnica personalizada.

“As mineradoras peruanas podem contar com a Thyssenkrupp como um sólido parceiro estratégico que oferece uma proposta de valor bem estruturada, disponibilizando uma gama de soluções customizadas e completas em toda a cadeia de atividade do setor.

O Peru é um país de enorme importância para o mercado global de mineração e, por isso, destinamos grande parte do investimento no novo Centro de Serviços de La Joya à aquisição de equipamentos com o que há de mais avançado em tecnologia, com o objetivo de maximizar o ciclo de vida dos ativos dos nossos clientes”, explica Paulo Alvarenga, CEO da Thyssenkrupp na América do Sul.

Para Jorge Luis Lazo Cornejo, gerente geral da Thy-

senkrupp Industrial Solutions no Peru, o novo Centro de Serviços aumentará o nível de atendimento aos clientes atuais e futuros. “As tecnologias e instalações modernas, além de uma equipe totalmente qualificada, que contará com o apoio dos nossos centros de serviços globais, irão nos permitir estar na vanguarda em soluções para a mineração e outros mercados que exigem serviços de alta complexidade e qualidade”.

A Thyssenkrupp é um grupo

internacional composto por empresas industriais e tecnológicas independentes. O Grupo gerou vendas de R\$ 34 bilhões em 56 países no ano fiscal de 2020/2021. Desenvolvendo negócios na América do Sul desde 1837, a Thyssenkrupp emprega cerca de 4.000 colaboradores na região nos segmentos automotivo, mineração, química e defesa naval. Na América do Sul, a empresa contabilizou durante o ano fiscal 2019/2020 o faturamento equivalente a R\$ 3 bilhões.



PÁGINA CERTIFICADA
O Jornal DIÁRIO COMERCIAL
Garante a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
www.diariocomercial.com.br

CONTROLE FISCAL

Guedes diz que programa de renda básica familiar se impôs pelo sucesso

O ministro afirmou que o Brasil não deve entrar em uma nova recessão a despeito da alta de juros para combater a inflação, lembrando que a taxa de investimento no País está perto de 20% do PIB

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a dizer que prefere tirar uma nota menor em fiscal para garantir uma nota melhor no social com o lançamento do Auxílio Brasil de R\$ 400. “O programa de renda básica familiar se impôs pelo sucesso”, afirmou, em encontro de empresários com o presidente da República, Jair Bolsonaro, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Estamos de olho no social. É um programa que se impôs pelo sucesso que o auxílio emergencial teve durante a pandemia”, completou Guedes.

O ministro repetiu que nenhum país conseguiu reduzir o déficit primário como o Brasil entre 2020 e 2021. No ano passado, o rombo chegou a 10,5% do PIB, retornando para 2% do PIB neste ano. “Populismo fiscal é conversa fiada, falsas narrativas. Verdade dos números é que reduzimos o déficit fiscal. Enfrentamos uma guerra, mas pagamos os custos, sem empurrar para filhos e netos”, reafirmou.

Guedes argumentou que o Brasil não deve entrar em uma nova recessão a despeito da alta de juros para combater a inflação. “A inflação está subindo no mundo todo e o



Bolsonaro e Guedes: “quando olho para o futuro, não consigo ver o Brasil não crescer. Evidentemente há dificuldades pela frente, não somos ufanistas ou irrealistas”

Banco Central está subindo os juros. Isso desacelera crescimento, mas não causa recessão, sobretudo porque a taxa de investimento do Brasil está chegando a 20% do PIB, que é o pico desde 2014”, afirmou.

Mais uma vez, o ministro garantiu que a economia brasileira crescerá em 2022. “Quando olho para o futuro, não consigo ver o Brasil não crescer. Evidentemente há dificuldades pela frente, não somos ufanistas ou irrealistas.

Mas temos que resistir e reagir ao ceticismo dos perdedores das eleições anteriores que atolaram o Brasil em crescimento um zero”, completou.

Guedes reclamou que os analistas estrangeiros olham para o governo com o olhar “dos derrotados nas últimas eleições”. “Previram que íamos ficar em depressão e voltamos em V. Diziam que o V era de virtual, que eu estava imaginando. Agora dizem que estou imaginando um Brasil que não

existe para 2022. O ceticismo vai sendo rolando ano após ano”, afirmou.

Mais uma vez, o ministro disse que enviou as propostas de reformas para o Congresso, citando a administrativa e a tributária - que não têm previsão de serem votadas.

Repetiu também a avaliação de que não aprovar a proposta de taxa de 15% sobre os dividendos é um sinal de “pouca inteligência”. “É neste momento que tínhamos que

acessar com impostos mais baixos para as empresas, para trazer o dinheiro do mundo inteiro nas nossas novas fronteiras de investimentos: petróleo, gás natural, cabotagem saneamento, energia, aeroportos, ferrovias e rodovias”, completou.

Bolsonaro afirmou que Guedes é “a confiança no mercado”. Alçado a “Posto Ipiranga” nas eleições de 2018, ele foi uma espécie de fiador da então candidatura de Bol-

sonaro junto a investidores, mas perdeu apoio em segmentos do mercado diante da crise econômica e das dificuldades em aprovar reformas no Congresso.

De acordo com Bolsonaro, o Brasil “mais do que recuperou” a credibilidade no exterior. “O Brasil mais do que recuperou credibilidade lá fora. Brasil é uma certeza. E obviamente nós temos que estar confiantes aqui também”, disse o presidente. “Não tem por que não sermos otimistas, estamos muito bem nas relações internacionais”, acrescentou. “No futuro, vamos dar graças a Deus à forma como o Brasil está se comportando.”

O presidente também disse que o governo “faz por merecer” a confiança que recebe. “Desculpe a modéstia”, declarou, em seguida. Por outro lado, pediu aos líderes industriais presentes que sigam confiando no Executivo.

O chefe do Executivo ainda tratou de trazer o debate eleitoral para o evento, ciente de que a elite financeira pode vir a abraçar uma outra candidatura em 2022. “A decisão passa pelos senhores, passa pela população. Alguém quer a volta do imposto sindical, um ativismo em cima da legislação trabalhista?”, perguntou Bolsonaro.

GESTÃO DE FORTUNAS

Credit Suisse anuncia dois CEOs interinos que vão assumir as operações no Brasil

O Credit Suisse anunciou ontem que terá dois presidentes (CEOs) interinos para substituir José Olympio Pereira, que está deixando o comando do banco suíço de investimentos no Brasil neste final de ano. Os escolhidos para serem CEOs foram Ivan Monteiro, atualmente no cargo de vice-chairman do banco de investimento no País, e Marcello Chilov, chefe da área

internacional de gestão de fortunas no Brasil.

Os dois executivos vão assumir o posto em janeiro de 2022 e vão permanecer no cargo até que um novo presidente seja escolhido pelo Credit Suisse, banco que está há mais de 60 anos no Brasil.

“Estamos confiantes de que Ivan e Marcello são as melhores escolhas para liderar o banco durante este período

de transição”, afirmou o presidente global do Credit Suisse, Thomas Gottstein, em comunicado. “Ambos têm comandado suas respectivas divisões com muito sucesso e competência, alinhados com nossa estratégia de crescimento sustentável no Brasil.”

Ivan Monteiro teve passagem por mais de sete anos no Banco do Brasil, foi presidente da Petrobras, teve passagem

como consultor de riscos do Nubank e foi presidente do conselho do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil).

Monteiro está no Credit Suisse desde meados de 2020. No comunicado ontem, afirmou que, ao lado de José Olympio, reforçou o banco de investimento e “deixou a divisão pronta para seguir crescendo”.

O outro presidente interino, Marcello Chilov, é engenheiro pela Universidade de São Paulo (USP). Ele cuida da área de gestão de fortunas e atende clientes brasileiros registrados no Brasil, nas Bahamas e na Suíça. Recentemente, Chilov liderou o processo da compra de participação minoritária do banco digital Modalmal pelo Credit Suisse. O executivo está no banco suíço há 12 anos.

A troca de CEO da operação brasileira acontece pouco depois de o banco ter reportado lucro líquido de 434 milhões de francos suíços no terceiro trimestre de 2021, resultado 20,5% menor do que o ganho no mesmo período no ano passado.

Ainda assim, o resultado superou a projeção de analistas consultados pelo próprio banco suíço, que era de 308 milhões de francos suíços.

FÔLEGO FINANCEIRO

Petz pretende acelerar as aquisições após arrecadar R\$ 700 milhões com oferta na B3

Na briga pela preferência dos donos de animais de estimação, a líder Petz conquistou uma vantagem: dinheiro em caixa. O fôlego financeiro, que deve financiar aquisições, veio de uma oferta de ações na Bolsa brasileira, concluída em novembro. A operação, que desafiou a maior aversão ao risco do mercado, garante tranquilidade à varejista em um momento de volatilidade na economia.

Depois de colocar R\$ 700 milhões no bolso, a Petz tem uma série de ativos sendo analisados, afirmou o fundador e presidente da empresa, Sergio Zimmerman. O executivo comenta que a decisão foi estruturar uma área de M&A (fusões e aquisições), que chegou a analisar compras concretizadas pela concorrência. Aquecido, o setor vê transações sendo anunciadas quase que semanalmente.

“Os anúncios recentes são ótimos. No setor, há muita informalidade e, quando um fundo entra num ativo, eu sei que isso é sinônimo de governança e formalização. Assim, irão jogar as mesmas regras do jogo a que nós estamos submetidos”, diz o presidente da Petz. Dados da Euromonitor mostram que os pequenos petshops ainda respondem por 51% do mercado no Brasil, apesar da expansão de redes maiores como a Petz e a Cobasi.

E o apetite da Petz está grande. Depois de abrir seu capital, no ano passado, acelerou recentemente suas aquisições. Todas vieram para trazer novos negócios ao ecossistema da companhia. Nessa trajetória, fez três aquisições recentemente a Zee Dog, em



Petz: o tom de otimismo com o negócio é refletido no desempenho das ações

operação de mais de R\$ 700 milhões, a Cansei de Ser Gato e Cão Cidadão.

Para seguir com essa estratégia de buscar novos negócios, a Petz acaba de recrutar Aline Penna, ex-Arezzo, que agora comanda a área de aquisições.

Na Arezzo, Aline ajudou a pavimentar a avenida de aquisições que se tornaram marca registrada na companhia.

Zimmerman afirma que, ao fazer diversas reuniões com acionistas da empresa, há poucas semanas, a recepção das aquisições foi positiva. O tom de otimismo com o negócio, segundo o executivo, pode ser refletido no desempenho das ações da Petz ao longo deste ano.

A companhia conseguiu até aqui manter a estabilidade - o que, neste ano, se tornou uma boa notícia, visto que o setor de varejo despenca no acumulado de 2021.

Para analistas que acompanham a Petz, a corrida por formar o ecossistema via aquisições é um caminho que faz sentido. “Para acelerar consideravelmente o potencial de

captura de fatia do mercado pet, a empresa ainda vai destinar 20% dos recursos captados ao fortalecimento do ecossistema e aos novos negócios”, diz um relatório da casa de análise Nord.

Os exemplos citados são entrar ou ampliar a atuação em novos segmentos, como um plano de saúde animal, e reforçar a capacidade de atrair audiência e engajar, principalmente via criação de conteúdo proprietário.

“A companhia segue focada em sua estratégia de ampliar a sua presença nacional, aumentar a oferta de produtos exclusivos, melhorar as experiências digitais e físicas (e omnichannel) e ser cada vez mais reconhecida como um ecossistema completo para animais de estimação”, diz a Genial Investimentos, em relatório.



UCRÂNIA

Joe Biden ameaça Putin com sanção econômica se houver escalada militar

O presidente dos EUA vai responder com fortes medidas econômicas no caso de ataque à Ucrânia

Em conversa ontem com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o homólogo norte-americano, Joe Biden, deixou claro que os Estados Unidos e seus aliados “responderiam com fortes medidas econômicas e outras no caso de uma escalada militar” na questão com a Ucrânia, segundo comunicado divulgado pela Casa Branca. De acordo com o documento, o democrata demonstrou a “profunda preocupação” de Washington e seus parceiros europeus com a escalada de forças russas na proximidade com o território ucraniano.

“O presidente Biden reiterou seu apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia e pediu a redução da escalada e um retorno à diplomacia”, segundo o comunicado. Além da questão, o documento diz que os líderes conversaram sobre outros tópicos durante a chamada de vídeo, incluindo ataques de ransomware e questões regionais, como o Irã.

Em um comunicado divulgado poucas horas antes da conversa, autoridades ucranianas acusaram a Rússia de enviar tanques e atiradores ao leste da Ucrânia para “provocar o retorno do fogo”.

O Ministério da Defesa da Ucrânia alegou que a Rússia está mantendo “campos de treinamento sob a liderança de militares regulares das Forças Armadas Russas”.

O Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, afirmou ontem que a administração



O presidente Biden reiterou seu apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia e pediu a redução da escalada e um retorno à diplomacia

não acredita que o presidente da Rússia já tenha tomado uma decisão sobre uma potencial invasão da Ucrânia. Segundo o representante, a prioridade de Washington junto a seus aliados no momento é evitar tal movimento, e, de acordo com Sullivan, o presidente norte-americano, Joe Biden deixou claro em sua conversa com o homólogo russo quais seriam as consequências.

“Medidas que não tomamos em 2014, estamos prontos para fazer agora”, afirmou o conselheiro, em uma referência à crise no Leste da Ucrânia alguns anos atrás.

Segundo Sullivan, Biden “foi firme com Putin, como sempre é”, e sugeriu que a

melhor alternativa é uma desescalada de tensões. De acordo com o representante, a intenção é uma adoção dos Acordos de Minsk, que tratam sobre a disputa, incluindo um cessar fogo.

Depois da vídeo chamada com Putin, Biden conversou com os aliados europeus e irá tratar com os líderes do Congresso sobre o tema. O democrata terá ainda uma reunião com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, na quinta-feira, segundo Sullivan, que disse que “há muito trabalho a se fazer nos próximos dias”.

De acordo com o conselheiro, “buscaremos o caminho diplomático, mas vamos prepa-

rar outras medidas”. Entre as ações de Washington, o conselheiro não quis dar detalhes sobre sanções, mas indicou uma série de suportes aos aliados na Europa, incluindo militares.

Questionado sobre o oleoduto NordStream 2, Sullivan indicou que retaliações à obra são uma prioridade em caso de uma invasão russa. Segundo ele, conversas com o novo governo alemão sobre o tema ocorreram, assim como com a administração anterior.

Ainda sobre a conversa com Putin, o conselheiro disse que houve boa discussão sobre a questão do Irã. “EUA e Rússia trabalham em conjunto para garantir que Teerã não tenha

armas nucleares”, e desenvolveram o acordo nuclear de 2015, lembrou. Sobre as recentes críticas de que os negociadores iranianos não estariam levando as tratativas pelo retorno ao acerto a sério, Sullivan respondeu que “quanto menos o Irã demonstrar seriedade nas negociações, mais ficará isolado”.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen disse ontem que o progresso democrático está sob ameaça real ao redor do mundo, “incluindo em nosso próprio continente”. Em discurso preparado para a Conferência dos Embaixadores da União Europeia (UE), a líder garantiu que o bloco está

pronto para dar “apoio inabalável” para a Ucrânia, diante das agressões contra sua soberania e integridade pela Rússia.

“A UE responderá de forma adequada a quaisquer novas agressões, incluindo violações do direito internacional ou quaisquer outras ações maliciosas, tomadas contra nós ou os nossos vizinhos, inclusive a Ucrânia”, afirmou. Ursula Von der Leyen disse que a resposta se dará como uma expansão dos regimes de sanções já existentes e que o bloco está pronto para impor novas medidas restritivas à Rússia.

Segundo a presidente da Comissão Europeia, a preferência era se envolver “de maneira construtiva” com Moscou, mas suas “escolhas deliberadas e ações agressivas” seguem desestabilizando a segurança na Europa.

Ursula Von Der Leyen reforçou a importância do multilateralismo e apontou que, de acordo com a Freedom House, quase 75% da população mundial vive em países onde a democracia piorou no ano passado. Além disso, a Europa deve sempre promover a democracia, uma vez que ela “se espalha facilmente”, disse.

A líder ainda ponderou o poder das grandes empresas de tecnologia, que recolhem dados e influenciam parte da sociedade, e pontuou a diferença de atitudes por países. “Para a Europa, assumimos a posição de que se você deseja ser um líder em tecnologia - e nós queremos - você deve ser um líder em regulamentação de tecnologia.”

VÍRUS INATIVO

Sinovac diz que está desenvolvendo versão da Coronavac para combater a nova cepa

A farmacêutica chinesa Sinovac anunciou ontem que trabalha para desenvolver uma versão da vacina Coronavac contra a covid-19 para combater a variante ômicron, identificada pela primeira vez na África do Sul. A expectativa é que a atualização do imunizante fique pronta em três meses.

As declarações foram feitas

durante simpósio realizado pelo Instituto Butantan, parceiro da Sinovac na produção do imunizante. O presidente da Sinovac, Weidong Yin, destacou que a vacina vem se mostrando eficaz no combate à nova cepa, mas ressaltou que a Ômicron causa preocupação. “A vacina tem se provado eficaz contra essa variante e estamos desenvolvendo um novo imu-

nizante com base na variante”, anunciou.

“Esperamos ainda mais colaboração com o Butantan para o desenvolvimento rápido de novas vacinas para as novas variantes, imunossuprimidos ou vacinas de reforço, e temos certeza que com essa parceria seremos capazes de enfrentar a covid 19”, completou.

A tecnologia da Coronavac

é de vírus inativado. As vacinas que utilizam essa tecnologia são criadas com base no vírus inteiro na sua composição, enquanto os imunizantes de outras tecnologias utilizam apenas a proteína Spike, considerada “a chave do vírus” para entrar no corpo humano.

De acordo com o diretor do Butantan, Dimas Covas, o instituto e a Sinovac continuam

criando novas vacinas, não só a segunda geração da Coronavac. “Vamos anunciar estudos com alcance de variantes”, afirmou.

Segundo a vice-presidente da Sinovac, Yaling Hu, o primeiro passo para fazer a adaptação do imunizante é isolar a nova cepa do vírus e fazer um teste de anticorpos neutralizantes. Depois, serão feitas avaliações e estudos clínicos em diferen-

tes faixas etárias.

A vice-diretora do Centro de Desenvolvimento Científico do Instituto Butantan, Maria Carolina Sabbaga, prevê que a tecnologia da Coronavac aumenta as chances de proteção contra variantes da covid, como a Ômicron. Na avaliação da vice-diretora, “a eficácia da Coronavac é a que tem menos chance de ser burlada”.

COLAPSO DA SAÚDE

Unicef pede US\$ 2 bilhões para salvar crianças afegãs

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pediu ontem US\$ 2 bilhões aos doadores para responder à grave crise humanitária no Afeganistão e tratar 1 milhão de crianças com desnutrição aguda. De acordo com a representante do Unicef Alice Akunga, metade das crianças menores de cinco anos no Afeganistão estará gravemente desnutrida em 2022 devido à crise alimentar e ao colapso da infraestrutura de saúde.

O órgão da ONU lembrou que em 2021 mais de 60 mil casos de sarampo foram relatados e 10 milhões de crianças podem ter abandonado a escola. Este é o maior pedido já

feito pela Unicef, verba necessária para “prevenir o colapso da saúde, a nutrição e outros serviços sociais vitais para crianças e famílias”.

O fundo pretende tratar 1 milhão de crianças com desnutrição aguda e vacinar 10,5 milhões de crianças contra o sarampo, além de garantir o acesso à educação de 7,5 milhões em idade escolar. “Temos de lembrar-nos da nossa humanidade e fazer tudo o que pudermos para manter as crianças vivas, bem alimentadas, seguras e a aprender”, disse Akunga.

O Afeganistão atravessa grave crise econômica e humanitária, que aumentou para

níveis sem precedentes após a chegada dos talibãs ao poder, em 15 de agosto, como resultado de sanções econômicas internacionais, em particular dos Estados Unidos (EUA), para impedir o acesso de líderes islâmicos ao sistema financeiro internacional.

As sanções provocaram enormes danos à economia afegã, deixando a população dependente da distribuição de ajuda humanitária. Embora os EUA não tenham reconhecido o governo talibã, há várias questões em aberto no relacionamento entre os dois países, relacionados com matérias de direitos humanos e de luta contra o terrorismo.

LISTA DE PROCURADOS

Um dos suspeitos de matar jornalista é preso na França

Um dos suspeitos do assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi foi preso no aeroporto de Roissy, perto de Paris, ontem quando estava prestes a embarcar em um voo para Riad, disse uma fonte da polícia. A prisão ocorreu poucos dias depois de o presidente francês, Emmanuel Macron, conversar pessoalmente com o governante de fato da Arábia Saudita, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, tornando-se o primeiro líder ocidental importante a visitar o reinado desde o assassi-

nato. Khashoggi, um crítico do príncipe Mohammed, foi visto pela última vez entrando no consulado saudita em Istambul no dia 2 de outubro de 2018. Autoridades turcas acreditam que após ser morto seu corpo foi desmembrado e retirado do local. Seus restos mortais não foram encontrados.

A fonte identificou o detido como Khaled Aedh Al-Otaibi, ex-membro da Guarda Real da Arábia Saudita. Ele estava em uma lista de procurados da França e foi preso com base em um

mandado emitido pela Turquia em 2019, disse a fonte, acrescentando que procuradores franceses agora começarão os procedimentos para uma possível extradição para a Turquia.

O Ministério do Interior francês não quis comentar. Um relatório de inteligência dos Estados Unidos divulgado em março disse que o príncipe Mohammed aprovou a operação para matar ou capturar Khashoggi. O governo saudita nega qualquer envolvimento do príncipe herdeiro e rejeita as conclusões do relatório.

CUSTO ELEVADO

OMS desaconselha tratar a covid com plasma em pacientes graves e críticos

As evidências dos estudos atuais mostram que esse tipo de tratamento não melhora a sobrevivência nem reduz a necessidade de ventilação mecânica dos pacientes, ou seja, não traz nenhum benefício

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desaconselhou tratar a covid-19 com plasma convalescente independente do quadro de severidade da doença, em uma nova atualização de suas diretrizes terapêuticas. A entidade, porém, abriu uma exceção: o uso do tratamento em pacientes graves e críticos em estudos clínicos. Em casos leves e moderados, a utilização é “fortemente” não recomendada.

O tratamento por plasma convalescente consiste na transfusão de plasma sanguíneo de alguém que se recuperou da doença em um enfermo. Essa foi a sétima atualização das diretrizes da organização desde o início da pandemia. A decisão foi tomada por um painel independente de especialistas, o grupo de desenvolvimento de diretrizes (GDG, na sigla em inglês), que analisou dados de 16 ensaios clínicos, que testaram o tratamento em mais de 16 mil pacientes com quadros não graves, graves e críticos da infecção.

No Brasil, em 2020, a transfusão de plasma era foco de ao menos 26 estudos clínicos, a maioria não concluída ou com resultados inconclusivos. Na época, cientistas brasileiros disseram que resultados dos primeiros estudos no País e no mundo mostravam que a terapia era segura e promissora. Por limitações na metodologia das pesquisas ou número



Kluge: a obrigatoriedade em relação à vacina é um último recurso apenas quando todas as opções para melhorar as taxas de vacinação tiverem sido esgotadas”

pequeno de participantes, nenhuma delas permitia afirmar que o tratamento reduzia significativamente o risco de morte pelo novo coronavírus.

As evidências atuais, segundo a OMS, porém, mostram que esse tipo de tratamento não melhora a sobrevivência nem reduz a necessidade de ventilação mecânica do paciente. O plasma convalescente “não traz nenhum benefício para pacientes não graves”, avalia a organização.

O grupo de pesquisadores ainda destaca que o tratamento com plasma “está associado a requisitos de recursos significativos”. Isso por-

que há um custo agregado elevado na identificação de potenciais doadores; no teste do plasma deles para garantir títulos adequados de anticorpos anti-SARS-CoV-2; e na coleta, transporte, armazenamento e administração do hemoderivado.

Além disso, indicaram haver dificuldades regulatórias na maioria das jurisdições relacionadas à transfusão de produtos sanguíneos pelo mundo. E que, ao serem consultados, a maior parte dos pacientes bem informados disse preferir não receber tratamento com plasma.

Por outro lado, os dados

avaliados pelos pesquisadores indicaram baixo risco de danos associados à transfusão do hemoderivado - eles destacam que isso não significa que o risco do procedimento seja nulo. O grupo considerou como moderada a chance de reação alérgica, lesão pulmonar aguda (Trali) e sobrecarga circulatória (Taco).

No caso de infecções graves e críticas, porém, ainda há incerteza sobre a eficiência do tratamento, por isso, os cientistas orientam a continuidade de estudos. “A recomendação de uso somente em testes clínicos é apropriada quando as evidências são de baixa cer-

teza, e pesquisas futuras têm potencial para reduzir a incerteza sobre os efeitos da intervenção a um custo razoável”, justificaram na diretriz.

O painel de pesquisadores também deu orientações sobre como devem ser essas pesquisas futuras. Produtos de alto título (quantidade) de anticorpos e pacientes soronegativos (sem anticorpos) devem ser prioridade, indicaram. O grupo ainda destacou a necessidade de que estudiosos indiquem a quantidade de anticorpos do doador e o volume deles infundido. A maioria dos estudos analisados, aponta o painel, não relataram essas infor-

mações. O diretor-geral da OMS para a Europa lançou ontem um apelo para que a vacinação obrigatória seja adotada apenas como último recurso. Hans Kluge disse que primeiro é importante sensibilizar a população para a importância de receber a vacina. Só depois de esgotadas todas as alternativas, será aceitável forçar a vacina aos europeus, acrescentou.

“A obrigatoriedade em relação à vacina é um último recurso absoluto e aplicável apenas quando todas as opções viáveis para melhorar as taxas de vacinação tiverem sido esgotadas”, afirmou.

Quanto à variante Ômicron, Kluge informou que, até segunda-feira, havia 432 casos confirmados da nova variante em território europeu, incluindo 21 países.

Em entrevista coletiva online, o diretor da OMS pediu, diante da evolução da pandemia de covid-19, melhor proteção das crianças de 5 a 14, atualmente a faixa etária mais afetada.

Ele fez ainda um apelo para “estabilizar” a crise pandêmica, defendendo a necessidade de promover a vacinação e aplicar medidas como o uso de máscaras, a ventilação de espaços fechados e a testagem. Manifestou-se “cauteloso” e “preocupado” com a variante Omicron.

CRIME RACIAL

Justiça encerra investigação da morte de jovem negro sem indiciamentos

O Departamento de Justiça dos EUA informou ontem que está encerrando a investigação sobre o linchamento de Emmett Till, o adolescente negro de Chicago que foi sequestrado, torturado e morto em 1955 depois que testemunhas disseram que ele assobiou para uma mulher branca no Mississippi. O caso foi reaberto em 2017.

O anúncio foi feito após o chefe da divisão de direitos civis do departamento e outras autoridades se reunirem com vários parentes de Till. Os familiares ficaram desapontados por ainda não haver nenhuma responsabilidade pelo assassinato e sem nenhuma acusação contra Carolyn Bryant Donham, a mulher acusada de mentir sobre se Till a tocou.

“Hoje (ontem) é um dia que nunca esqueceremos”, disse o primo de Till, Wheeler Parker Jr., durante entrevista coletiva em Chicago. “Por 66 anos temos sofrido dores. ... Eu sofri tremendamente”.

O assassinato potencializou o movimento pelos direitos civis da população negra dos EUA depois que a mãe de Till insistiu por um caixão aberto, e a revista Jet publicar fotos de seu corpo brutalizado.

O Departamento de Justiça reabriu a investigação após um livro de 2017 citar que Donham mentiu quando afirmou que Till, de 14 anos, a agarrou, assobiou e a importunou sexualmente enquanto ela trabalhava em uma loja na pequena comunidade de Money. Parentes negaram publicamente que Donham, que está na casa dos 80 anos, tenha dado tais declarações.



Protestos: Emmett Till foi sequestrado, torturado e morto em 1955

Donham disse ao FBI que nunca retirou suas acusações e que há “evidências insuficientes para provar que tenha mentido ao FBI”, disse o Departamento de Justiça.

As autoridades também apontaram que o historiador Timothy B. Tyson, o autor de The Blood of Emmett Till, de 2017, não conseguiu produzir nenhuma gravação ou transcrição em que a mulher supostamente tenha admitido ter mentido sobre seu encontro com o adolescente.

“Ao encerrar este assunto sem processo, o governo não assume a posição de que o testemunho do tribunal estadual que a mulher deu em 1955 foi verdadeiro ou preciso”, pontuou o comunicado do Departamento de Justiça. “Permanecem dúvidas consideráveis quanto à credibilidade de sua versão de eventos, o que é contradito por outros que estavam com Till na época, incluindo o relato de uma testemunha viva”. Tyson não se

pronunciou sobre o caso.

Thelma Wright Edwards, uma das primas de Till, disse que estava com o coração partido, mas não surpresa por nenhuma nova acusação ser feita. “Não tenho ódio no coração, mas esperava que pudéssemos obter um pedido de desculpas, mas isso não aconteceu”, lamentou. “Nada foi resolvido. O caso está encerrado e temos que continuar a partir daqui.”

O corpo de Till foi retirado dias após sua morte do Rio Tallahatchie, onde ele foi jogado ao ser baleado. Dois homens brancos, Roy Bryant e seu meio-irmão J.W. Milam, foram julgados por acusações de assassinato cerca de um mês depois, mas um júri todo formado por brancos do Mississippi os absolveu. Em seguida, eles confessaram o crime em uma entrevista paga à revista Look. Bryant estava casado com Donham em 1955.

Em 2004, o Departamento

de Justiça abriu uma investigação sobre o caso. Na ocasião, o órgão informou que o prazo para a investigação já havia expirado para qualquer crime federal em potencial, mas o FBI trabalhou com os investigadores estaduais para determinar se as acusações estaduais poderiam ser refeitas. O corpo de Emmett Till chegou a ser exumado.

Em 2006, o FBI deu início a uma iniciativa pra reabrir casos arquivados e investigar assassinatos por motivos raciais ocorridos décadas antes. Uma lei federal com o nome de Till permite uma revisão dos assassinatos que não foram resolvidos ou terminaram sem condenações.

Em fevereiro de 2007, um grande júri do Mississippi se recusou a indiciar algum envolvido, e o Departamento de Justiça anunciou que estava encerrando o caso. Bryant e Milam não foram levados a julgamento novamente e já morreram. Donham mora em Raleigh, na Carolina do Norte.

A Lei Emmett Till de Crimes de Direitos Civis Não Resolvidos exige que o Departamento de Justiça faça um relatório anual ao Congresso. Nenhum relatório foi feito em 2020, mas um relatório apresentado em junho deste ano indicava que o departamento ainda estava investigando o sequestro e assassinato de Till.

A investigação do FBI incluiu uma conversa com Parker Jr., que anteriormente disse à Associated Press em uma entrevista que ouviu seu primo assobiar para a mulher em uma loja em Money, mas que o adolescente não fez nada para justificar sua morte.

TAXAS REDUZIDAS

UE fecha acordo sobre atualização das regras para taxaçoão do IVA

O Conselho dos Assuntos Econômicos e Financeiros (Ecofin, da sigla em inglês) chegou ontem a um acordo sobre a proposta de atualização das regras sobre as taxas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), na União Europeia (UE). Em comunicado oficial, o conselho, que reúne os ministros das finanças do bloco, destacou que “as novas regras refletem as necessidades atuais dos Estados-membros e os atuais objetivos políticos da UE, que mudaram consideravelmente desde que as regras antigas foram postas em prática”.

O Conselho atualizou a lista de bens e serviços para os quais são permitidas taxas de IVA reduzidas, tendo em conta a transformação digital da economia, e decidiu que todos os estados-membros podem aplicar taxas preferenciais a determinados produtos.

Além disso, foi decidido eliminar gradualmente as taxas reduzidas de IVA ou isenções sobre combustíveis fósseis e outros bens com um impacto nas emissões de gases com efeito de estufa, até 1 de janeiro de 2030.

A economia da zona do euro se expandiu em um ritmo forte no terceiro trimestre, recuperando quase totalmente a perda regis-

trada durante recessão induzida pela covid-19. O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresceu 2,2% de julho a setembro em comparação com o período dos três meses anteriores, de acordo com a leitura final do indicador divulgada pela Eurostat, agência de estatísticas da União Europeia. O resultado confirmou a segunda estimativa divulgada em 16 de novembro.

No segundo trimestre do ano, a economia da região havia crescido 2,2%. Na comparação anual, a economia do bloco da moeda comum cresceu 3,9% no terceiro trimestre, mais do que a expansão de 3,7% apontada segunda estimativa. A agência de estatísticas revisou o crescimento anual no segundo trimestre, de 14,3% a 14,4%.

A produção industrial da Alemanha cresceu 2,8% em outubro ante setembro. O resultado superou expectativas de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam avanço de 1% no período. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o indicador registrou queda de 0,6% em outubro. A produção industrial alemã de setembro ante agosto foi revisada para cima, de queda de 1,1% para perda de 0,5%.



IMPASSE

Pacheco disse que pautará projeto da desoneração na próxima quinta-feira

O projeto garante a redução de encargos cobrados sobre a folha de salários para 17 setores da economia até dezembro de 2023, que juntos empregam seis milhões de trabalhadores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que vai pautar na próxima quinta-feira o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha salarial por dois anos. A proposta recebeu aval da Câmara e, após a aprovação no Senado, dependerá de sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O projeto garante a redução de encargos cobrados sobre a folha de salários para 17 setores da economia até dezembro de 2023. Defensores do texto apontam a necessidade da desoneração para evitar demissões. Juntos, os 17 setores (incluindo call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil) empregam 6 milhões de trabalhadores.

“É um projeto importante porque ele alcança setores com alto índice de empregabilidade, daí a razão de ser do projeto e do seu mérito”, disse Pacheco em coletiva de imprensa após uma reunião com representantes de setores beneficiados pela medida.

O presidente Jair Bolsonaro já se manifestou favoravelmente à prorrogação. O benefício termina em dezembro deste ano e, se a proposta for aprovada, será garantido até o fim de 2023.

A aprovação da Proposta



A senadora Kátia Abreu e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco: “É um projeto importante porque ele alcança setores com alto índice de empregabilidade”

de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que abre um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões em 2022, deve ser suficiente para compensar a falta de arrecadação causada pela desoneração, de acordo com Pacheco.

O presidente do Senado admitiu também o impasse em torno da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e citou o dia 22 de dezembro, último dia do período legisla-

tivo do ano, como prazo limite para a decisão. A promulgação é alvo de um imbróglio entre Câmara e Senado.

Os senadores promoveram alterações para “amarrar” o espaço fiscal da PEC ao novo programa social e despesas da Previdência e rejeitam a tentativa de fatiamento. A cúpula da Câmara, no entanto, cobra o fatiamento da proposta e quer deixar as mudanças para 2022.

O Congresso Nacional marcou a votação do projeto do

Orçamento de 2022 para 17 de dezembro. Dessa forma, só restaria a semana seguinte para a promulgação da PEC. “Mas vamos tentar resolver antes até para tentar estabilizar e dar conta de resolver outros problemas”, disse Pacheco em coletiva de imprensa.

O presidente do Senado classificou ainda como “sensata” a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), de desativar as verbas do orçamento

secreto e prometeu fornecer as informações sobre as indicações das emendas relativas a 2021. O chefe do Legislativo não garantiu, no entanto, a divulgação dos padrinhos dos recursos em 2020, também determinada pela magistrada.

A ministra liberou a execução das emendas de relator-geral do orçamento (RP-9) previstas para o ano de 2021, mas reforçou a necessidade de dar “ampla publicização dos documentos” utilizados

na distribuição de recursos das emendas em 2020 e 2021.

Rosa Weber deu um prazo de 60 dias para o Congresso e o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, fornecerem as informações. “É uma decisão que me parece sensata, que tem um compromisso com a solução do problema. Todos nós queremos a máxima transparência possível nesse orçamento, nas emendas parlamentares e nas emendas de relator”, disse Pacheco em coletiva de imprensa.

Ele destacou que pediu ao relator do Orçamento de 2021, Marcio Bittar (MDB-AC), a organização das informações com os autores das emendas deste ano para desativar a execução dos recursos. Nenhum encaminhamento, no entanto, foi feito ao relator da peça orçamentária de 2020, Domingos Neto (PSD-CE), também alvo da decisão do Supremo.

Um documento assinado por Domingos Neto desmente a versão da cúpula do Congresso de que não há registros sobre as indicações de parlamentares e confirma que a liberação de recursos se deu por meio de conluio com o Palácio do Planalto. “A preocupação imediata era com 2021, mas nada impede que esse trabalho seja feito em relação a 2020 a cargo do relator de 2020”, disse Pacheco.

JUDICIALIZAÇÃO

Comissão aprova projeto que estende validade de concurso

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto de lei que suspende até o fim de 2021 os prazos de validade de concursos públicos homologados antes da pandemia de covid-19. Com isso, os prazos de validade desses certames começam a contar apenas a partir de 2022.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em novembro, o PL 1.676/2020 foi proposto pelos deputados Batista (PV-DF) e Rejane Dias (PT-PI). Na CAE, a matéria obteve parecer favorável do relator, senador Jaques Wagner (PT-BA). O projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o texto, serão suspensos os prazos dos concursos homologados até 20 de março de 2020 — data em que o Brasil reconheceu o estado de calamidade pública devido à pandemia. Pelo projeto, o tempo de validade dos certames volta a correr em 1º de janeiro de 2022. Isso porque o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus

(Lei Complementar 173, de 2020) vedou aumento de despesas com pessoal até o final de 2021, o que impediu a nomeação de candidatos aprovados.

Pela regra atual, os prazos de validade dos concursos foram suspensos até o término da vigência do estado de calamidade pública decretado pela União, o que ocorreu em 31 de dezembro de 2020. No entanto, foi proibida a admissão ou a contratação de pessoal pelos três níveis de governo até 31 de dezembro de 2021 — ressalvadas, entre outras, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios.

A nova redação harmoniza os dois prazos, estabelecendo que essa última data também valerá para a suspensão da validade dos concursos. Além disso, a comunicação da suspensão deixa de caber aos organizadores dos concursos e passa para os órgãos contratantes.

De acordo com Jaques Wagner, o PL “evitará uma quase certa judicialização por parte dos candidatos aprovados”.

Segundo o senador, atualmente, mesmo na vigência da Lei Complementar 173, são admitidas as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios. Na prática, portanto, somente aquelas admissões ou contratações que representem aumento do quadro de servidores estão proibidas. “É razoável que a transferência desse aumento para uma data futura, já em um contexto pós-pandemia, com a normalização da situação financeira dos três níveis de governo, preserve os direitos dos concursados. Evidentemente, o aumento avertado somente ocorrerá após a atualização das programações orçamentárias de cada ente — disse Wagner.

O senador lembra que o Senado analisa um projeto de lei semelhante. O PL 4.109/2020, do senador Weverton (PDT-MA), suspende a validade dos concursos públicos já homologados até o término da vedação do aumento de despesa com pessoal, em informações da Agência Senado.

ESTRIPULIAS

Moro garante que Bolsonaro está com medo da reeleição

Em mais um dia concedendo entrevista a rádios, seguindo tendência do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-juiz Sergio Moro (Podemos) rebateu as críticas feitas pelo chefe do Executivo na noite de segunda-feira (6). Moro afirmou que o governo está com medo da reeleição em 2022 e, por isso, quer desviar o foco da população e parte para ofensa.

“Não quero ser ofensivo com ninguém”, destacou o ex-juiz, em entrevista ao programa Nova Manhã, da Rádio Nova Brasil FM, ontem. “Esse governo é muito ruim. Esse governo é tão ruim porque, normalmente, é muito fácil um governo se reeleger. Você está na máquina. Se você faz um governo minimamente bom, você consegue se reeleger. O presidente está com medo. Com isso, quer ficar desviando o foco das pessoas. Por isso, fica lá ofendendo”, declarou.

Na segunda-feira, o presidente voltou a criticar Moro afirmando que o possível adversário para a cadeira do Execu-

tivo em 2022 “não aguenta dez segundos de debate”.

“Na verdade, quando ele faz essas estripulias, seja em relação a mim ou em relação a qualquer pessoa, o que ele quer que as pessoas esqueçam? A inflação. Quer fazer esquecer que quando a pessoa vai no mercado ou no posto de gasolina, tem que deixar a carteira dela”, complementou o ex-juiz.

Na esteira das críticas lançadas um contra o outro, Moro reforçou a falta de ação do governo para combater a corrupção. Na avaliação do possível pré-candidato, a postura do chefe do Executivo é “paradoxal”. “O presidente foi eleito com esse discurso contra corrupção e todo mundo sabe hoje em dia que ele não fez nada. Ao contrário, ele foi desmantelando, enfraquecendo o sistema de controle contra a corrupção”, disse. Segundo ele, tal enfraquecimento resultou na soltura de criminosos e na dificuldade de se ter processos envolvendo grandes casos de corrupção.

Questionado se há arrepen-

dimento por ter integrado o governo à frente do Ministério da Justiça, Moro nega, mas diz que era uma voz “isolada” no governo.

O Podemos confirmou que a filiação do ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná, Deltan Dallagnol, ao partido está programada para ocorrer na sexta-feira (10), às 11h, em Curitiba. Questionado se a sigla está se tornando uma espécie de partido da Lava Jato, Moro nega a observação e avalia que a decisão de Dallagnol é resultado da falta de espaço no Ministério Público.

“O que Dallagnol está vendo agora na carreira dele? O espaço dele está fechado dentro do Ministério Público, porque o Ministério Público hoje, desculpe a franqueza, mas não é o Ministério Público da época da Operação Lava Jato, não tem tido a mesma atuação incisiva”, comenta. Segundo ele, o cargo que Dallagnol deve concorrer cabe à legenda decidir, “mas provavelmente para deputado no Estado do Paraná”.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
CAIO CESAR DE ARRUDA MESQUITA, inscrito no CPF sob o nº 078.119.618-30. DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **VITREO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.711.571/0001-56. **ESCLARECE** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB; Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo. **BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro / Gerência Técnica do Rio de Janeiro (DEORF/GTRJA). São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
FELIPE ABI-ACL DE MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 319.321.948-78. DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **VITREO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.711.571/0001-56. **ESCLARECE** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo. **BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro / Gerência Técnica do Rio de Janeiro (DEORF/GTRJA). São Paulo, 01 de dezembro de 2021.

SERVIÇOS DE PRINTER PARA IPO E FOLLOW ON

Formulário de Referência
Prospecto e Offering Memorandum
ITR e DFP
Data Room Venue® by DFIN
Atendimento 24h

LUZ
CAPITAL MARKETS
www.luzem.com

CONTROLE SANITÁRIO

Bolsonaro se descontrola ao comentar pressão da Anvisa por mais restrições

O presidente afirmou que ainda vão ter um monte de vírus pela frente e ninguém vai ganhar guerra dentro da trincheira e superar os problemas do Brasil ficando dentro de casa

O presidente Jair Bolsonaro se exaltou ontem ao comentar a pressão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por mais restrições nas fronteiras para conter a variante Ômicron do coronavírus. “Estamos trabalhando com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, p...? De novo vai começar esse negócio?”, afirmou, em tom elevado, o chefe do Executivo durante evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com empresários do setor.

O governo cancelou a reunião que faria com a Anvisa na segunda-feira para discutir eventual adoção do chamado passaporte da vacina para entrar no País e, ainda, possível fechamento das fronteiras aéreas com mais quatro países africanos. O endurecimento das medidas sanitárias esbarra na resistência do próprio Bolsonaro.

“Ah, a Ômicron. Vai ter um montão de vírus pela frente, um montão de variante pela frente, talvez. Peça a Deus que esteja errado”, declarou o presidente. “Ninguém vai ganhar guerra dentro da trincheira, superar problemas do Brasil dentro de casa”, acrescentou.

Em seguida, Bolsonaro fez nova defesa do chamado tratamento precoce contra a covid-19, que não tem comprovação científica. “Tem a imunidade de rebanho que está aí, estamos chegando ao final da pandemia”, avaliou o chefe do Executivo, enquanto o mundo discute o potencial efeito da



Presidente Bolsonaro: “estamos trabalhando com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, p...? De novo vai começar esse negócio?”

chegada da nova cepa.

O presidente voltou a criticar seu ex-ministro da Justiça Sergio Moro (Podemos), pré-candidato ao Planalto em 2022. A apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, o presidente afirmou que o rival “não aguenta 10 segundos de debate” e ainda disparou contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). “Ele se elegeu na onda do real do Itamar Franco. Daí ele comprou a (emenda da) reeleição”, disse o chefe do Executivo.

Bolsonaro também revelou sua meta de senadores aliados na próxima legislatura: doze. Questionado por uma simpaticante sobre quantos parlamentares os apoiadores deveriam fazer para o Senado, Bolsonaro respondeu: “uma dúzia

está bom”.

Serão 27 vagas em disputa para o Senado nas eleições de 2022, uma por Unidade da Federação. O Palácio do Planalto pretende lançar ministros como Tereza Cristina (Agricultura, DEM-MS) e Flávia Arruda (PL-DF) para aumentar a bancada na Casa, que costuma oferecer mais resistência aos projetos do governo em relação à Câmara dos Deputados, onde o Executivo tem a fidelidade de Arthur Lira (PP-AL) no comando.

O presidente ainda disse aos apoiadores que o deputado federal Major Vitor Hugo (PSL-GO), seu ex-líder na Câmara, deseja ser candidato a governador de Goiás. “Tem que ver como ele tá, eu não

sei. Ele é um cara competente. Tem tudo para dar certo da política”, afirmou Bolsonaro, que reconheceu a dificuldade de emplacar aliados em algumas regiões. “Tem Estado que a gente não vai conseguir”, afirmou.

O presidente voltou a criticar a China, o maior parceiro comercial do Brasil. “China está fazendo uma base na costa africana. Eu não vou discutir o assunto, é um projeto de poder no Atlântico Sul. A conclusão fica para vocês. Essa é a vida”, declarou. O Wall Street Journal informou, com base em relatórios de inteligência dos Estados Unidos, que a China planeja instalar uma base militar permanente na Guiné Equatorial.

Bolsonaro mais uma vez

afirmou, em tom de ironia, que vai criar o programa “Minha Primeira Empresa”. “Vou criar, se Deus quiser, atrasei por causa da pandemia, o programa Minha Primeira Empresa. Aquele cara que reclamava do salário, do patrão, vai ter a chance de montar empresa, pagar 10 mil para cada um, dar os direitos e ser feliz como patrão.”

Aos apoiadores presentes, Bolsonaro também voltou a acenar com uma possível intervenção, no futuro, nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “O próximo Enem que vai ser nosso. Se eu pudesse interferir, não seria esse Enem”, afirmou.

A prova ganhou os holofotes em novembro passado após o presidente afirmar que as

questões deste ano teriam “a cara do governo”. No entanto, especialistas avaliaram o Enem de 2021 como equilibrado.

De olho na corrida eleitoral, Bolsonaro mais uma vez disparou contra o ex-ministro Sergio Moro (Podemos), que deve disputar o Palácio do Planalto em 2022. “Nunca abriu a boca em reunião de ministro, sempre boca fechada, e agora tem solução para tudo.”

O presidente também fez críticas ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). “Apoiei discretamente o Crivella (na eleição à prefeitura em 2020). Botaram defeito, votaram no Paes que é um santo. Olha como está o Rio, exigindo cartão de vacina”, declarou Bolsonaro.

Bolsonaro deu a entender também que, caso reeleito, pretende indicar mais dois nomes evangélicos para ocupar o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os evangélicos são hoje uma das principais bases de sustentação do presidente.

“Se eu for candidato e se eu for reeleito, a gente coloca dois no início de 2023 lá”, disse, após ser questionado sobre a aprovação de André Mendonça na semana passada. A conversa foi veiculada por um canal bolsonarista no YouTube.

A primeira-dama Michelle Bolsonaro reclamou no Instagram da repercussão e piadas na internet sobre o vídeo em que aparece comemorando a aprovação de Mendonça. Michelle classificou os comentários como “intolerância religiosa” e “desamor”.

IMPARCIALIDADE

MPF reconhece prescrição do caso triplex e pede arquivamento de ação contra Lula

O Ministério Público Federal (MPF) reconheceu a prescrição da pretensão punitiva no caso triplex do Guarujá (SP), se manifestando à Justiça Federal de Brasília pelo arquivamento da ação contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em peça de 16 páginas datada de ontem, a procuradora Marcia Brandão Zollinger apontou a extinção da punibilidade do petista com relação aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro que lhe foram imputados - assim ele não poderá ser acusado dos mesmos novamente.

“Quanto às imputações relacionadas ao pagamento de reforma, ocultação e dissimulação da titularidade do apartamento 164-A, triplex, e do beneficiário das reformas realizadas, verifica-se a ocorrência da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal relativa-

vamente aos investigados septuagenários, quais sejam Luiz Inácio Lula da Silva (nascido em 06/10/1945), José Adelmário Pinheiro Filho (nascido em 29/09/1951) e Agenor Franklin Magalhães Medeiros (nascido em 08/06/1948)”, registra a manifestação.

No documento, a Procuradoria ainda lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a imparcialidade do ex-juiz Sérgio Moro - hoje pré-candidato à Presidência, assim como Lula - no julgamento das ações contra o petista. Antes, a Corte havia reconhecido a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba - base da extinta operação Lava Jato - para analisar os processos contra Lula.

O entendimento do Supremo implicou na anulação de todos os atos processuais e pré-processuais do caso, levando o mesmo à estaca zero.



Lula: as provas colhidas durante a investigação não podem ser aproveitadas

Entre as decisões derrubadas estão a sentença em que Moro havia condenado Lula a 12 anos e 1 mês de prisão no caso do triplex - pena que foi posterior-

mente reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em seu parecer sobre a continuação do processo na Justiça Federal do DF, Marcia indicou

que, em cumprimento à decisão do STF, as provas colhidas não podem ser aproveitadas: “Não é possível, portanto, a mera ratificação da denúncia”, ponderou.

O prazo de prescrição é contado a partir da data do delito imputado ao réu e pode ser interrompido em razão de determinados ritos processuais, como o recebimento de uma denúncia pela Justiça. No entanto, para o cálculo do prazo prescricional deve-se levar ainda em consideração outros fatores, como a idade do acusado. Em tais casos, o prazo previsto no Código Penal cai pela metade.

Em nota, os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Martins defendem que o pedido de arquivamento deve pôr fim ao caso que “foi construído artificialmente a partir do conluio do ex-juiz Sérgio Moro e do ex-procurador Deltan Dallagnol”. A defesa sus-

tenta que o objetivo era “prender o ex-presidente Lula, retirá-lo das eleições de 2018 e para atacar indevidamente sua reputação”.

“O pedido de arquivamento apresentado pelo MPF deve pôr fim a caso que foi construído artificialmente a partir do conluio do ex-juiz Sérgio Moro e do ex-procurador Deltan Dallagnol para prender o ex-presidente Lula, retirá-lo das eleições de 2018 e para atacar indevidamente sua reputação, tal como sempre sustentamos”, declara a nota.

“Manobras jurídicas enteraram de vez o caso do Triplex de Lula, acusado na Lava Jato. Crimes de corrupção deveriam ser imprescritíveis, pois o dano causado à sociedade, que morre por falta de saúde adequada, que não avança na educação, jamais poderá ser reparado”, disse Moro, em publicação no Twitter.

DESINFORMAÇÃO

Presidente da SaferNet se refugia na Alemanha

O presidente da organização de defesa dos direitos humanos na internet SaferNet Brasil, Thiago Tavares, comunicou que vai se exilar na Alemanha após ter recebido ameaças de morte por sua atuação no Brasil. A decisão foi comunicada em nota oficial da instituição

Em outubro, Tavares participou de um painel sobre desinformação e campanhas de ódio durante o II Seminário Internacional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua fala no evento abordou temas como interferência eleitoral e neone nazismo no País. Desde então, ele relata ter sofrido “seguidas

ameaças, inclusive de morte”, em razão de sua atuação profissional e acadêmica no Brasil.

Segundo a nota, os ataques ganharam outra dimensão em novembro, quando um funcionário da organização foi abordado de forma violenta por quatro criminosos armados e sofreu um sequestro relâmpago.

Os sequestradores roubaram seu celular e laptop, além de empregarem violência de teor LGBTfóbico. Segundo a SaferNet, Tavares estava a apenas 800 metros do local onde aconteceu a abordagem.

Em dezembro, a organização coletou evidências de comprometimento do laptop de

Thiago Tavares pelo “malware” Pegasus, utilizado mundo afora para espionar jornalistas e ativistas de direitos humanos de forma ilegal.

“A proximidade dos fatos, somado às ameaças que já vinha recebendo, não deixou alternativa a Thiago Tavares não ser deixar o país, tempora-

riamente, até que as circunstâncias dos fatos sejam totalmente esclarecidas e sejam restabelecidas as condições de segurança pessoal para o desempenho de suas atividades profissionais e acadêmicas no Brasil, seja como defensor dos direitos humanos, seja como especialista em tecnologia”, diz a nota.



IRREGULARIDADES

PF investiga superfaturamento em licitação para a realização do Enem

As investigações revelaram a atuação de diretores e servidores do instituto com consultores das gráficas, no direcionamento da contratação das empresas que fariam a impressão das provas

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a Operação Bancarrota, decorrente de investigação realizada em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), que também participa das buscas. A ação investiga licitação para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de 2010 a 2018.

De acordo com a CGU, uma auditoria realizada em 2019 revelou irregularidades

nos contratos assinados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com uma empresa responsável pela impressão dos exames, incluindo as provas do Enem.

Segundo a PF, de 2010 a 2018 o Inep contratou para realização do Enem, sem observar as normas de exigência de licitação, empresa que recebeu um total de R\$ 728.645.383,37 dos cofres públicos neste período.

Além disso, acrescentou a PF, apurou-se o envolvimento de servidores do Inep com diretores da empresa, bem como com companhias de consultoria subcontratadas pela multinacional.

Segundo a CGU, as investigações revelaram a atuação de diretores e servidores do instituto com consultores das gráficas contratadas, no direcionamento da contratação das empresas para impressão das provas.

Em 2019, a empresa entrou com pedido de falência, o que levou o Inep a realizar novo pregão eletrônico, resultando na contratação de empresa classificada em terceiro lugar no certame, após a desclassificação das duas primeiras.

Segundo a PF, os contratos sob investigação totalizaram um pagamento às empresas de R\$ 880 milhões, desde 2010. Deste montante, estima-se que cerca de R\$ 130 milhões foram superfaturados para fins de

comissionamento da organização criminosa, que seria composta por empresários, funcionários das empresas envolvidas e servidores públicos.

A PF diz ainda que as investigações apontam para um enriquecimento ilícito de R\$ 5 milhões de servidores do Inep suspeitos de participação no esquema criminoso. Os envolvidos são suspeitos do cometimento dos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, crimes

da lei de licitações e lavagem de dinheiro, com penas que ultrapassam 20 anos de reclusão.

Foram cumpridos 41 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, além de ter sido determinado pela Justiça Federal o sequestro de R\$ 130 milhões das empresas e pessoas físicas envolvidas. Foram destacados 127 policiais federais e 13 auditores da CGU para o cumprimento das diligências.

NOVAS REGRAS

Prouni passará a aceitar estudantes de escolas particulares sem bolsa integral

O presidente Jair Bolsonaro ampliou o acesso de estudantes vindos de escolas particulares ao Programa Universidade para Todos (Prouni). Passam a ter acesso ao programa alunos que fizeram o "ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição, ou sem a condição de bolsista".

O Ministério da Educação (MEC) poderá ainda dispensar a apresentação de documentação que comprove a renda familiar mensal do estudante e a situação de pessoa com deficiência, "desde que a informação possa ser obtida por meio de acesso a bancos de dados de órgãos governamentais". Caberá à pasta estabelecer os

critérios para que isso ocorra. Os percentuais de vagas destinadas aos cidadãos auto-declarados indígenas, pardos ou pretos, e a pessoas com deficiência seguem equivalentes ao último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Até então, para concorrer a uma bolsa de ensino superior

em alguma instituição privada do Brasil, o estudante precisava fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na edição imediatamente anterior ao processo seletivo do Prouni, obter a nota mínima de 450 pontos e não zerar a redação. Ainda, deveria ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e

não possuir diploma de ensino superior.

"Hoje (ontem), por MP, Bolsonaro começa a destruir o Prouni. Um dos programas que eu mais me orgulho de ter concebido, junto com minha companheira Ana Estela. Quase 3 milhões de jovens, pobres, pretos e periféricos beneficiados. A Câmara deveria devolver para

o Planalto esse lixo. Nojo!!!" A frase é do ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em publicação no Twitter, após o presidente Bolsonaro editar a MP que amplia o acesso de alunos da rede privada ao Prouni - projeto criado durante a gestão de Haddad à frente da pasta da Educação.

Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, ROBSON RODRIGUES E VINICIUS PALERMO



Celso Ávila / PMRO

Rio das Ostras ganhará unidade da Faetec

O município de Rio das Ostras, na Região dos Lagos, contará ainda neste mês, com uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). A instituição de ensino que oferecerá cursos noturnos ficará no Centro Municipal de Qualificação Profissional, na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras. O martelo foi batido em reunião na semana passada entre o prefeito Marcelino Borba, o secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Serginho e uma comitiva. Presentes na reunião, o prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis, e o presidente da Câmara de Vereadores de Duque de Caxias, Celso da Alba, debateram ações e iniciativas que beneficiem os dois municípios e o estado do Rio.

Secretário de SP pede unidade no turismo brasileiro



Divulgação

Durante o 1º Encontro Anual da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), na segunda-feira, no hotel WTC Sheraton, em São Paulo, o **secretário de Turismo e Viagens do estado de São Paulo, Vinicius Lummertz (à esq, na foto)**, pediu unidade do setor para solucionar problemas estruturais que faz com que o potencial turístico brasileiro não seja totalmente aproveitado. Ele foi homenageado no evento.

Almoço Carioca Business reúne empresariado na segunda-feira

A Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro realiza na próxima segunda-feira, no Campo Olímpico de Golfe, na Barra da Tijuca, no Rio, o Carioca Business Almoço Empresarial, com homenagens a André Ceciliano, presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Carlo Caiado, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Alexandre Bianchini, presidente da Águas do Rio. Para adesões, acesse www.spcrj.com.

Asserj faz 52 anos e foca nas premissas

A Associação de Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj) celebrou no último dia 1º de dezembro 52 anos de história. Nada mais, nada menos do que a primeira associação de supermercadistas do Brasil. Além de fazer coro pelo fim da utilização das sacolas plásticas nas lojas do estado do Rio, para o bem do meio ambiente. De acordo com a entidade, a Lei das Novas Sacolas já retirou cerca de 4,5 bilhões de sacolas plásticas de circulação no Estado. Em paralelo à proteção do meio ambiente, a entidade foca em três premissas na sua missão. Em vídeo nas redes sociais, o **presidente da Asserj, Fábio Queiroz (foto)**, falou sobre o propósito da associação: "Unir os supermercadistas entre eles e as indústrias e ao consumidor, servir à toda a cadeia de consumo, com foco no



Divulgação

consumidor, e representar, precisamos sempre respeitar o empresário, valorizar os supermercadistas, esses heróis que geram muitos empregos".

Comércio Exterior do Estado do Rio sofre com burocracia tributária e custo do frete

A 6ª edição do Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado do Rio, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em 2021, e lançado nesta segunda-feira, aponta que a burocracia tributária e o custo do frete internacional sensivelmente mais caro são alguns dos entraves das operações. No entanto, as indústrias fluminenses pesquisadas indicam esperar crescimento do comércio exterior. Alcançar novos mercados é desejo de 35% das empresas fluminenses, conforme detectado no Diagnóstico que ouviu 300 companhias. Destas, 20% querem ingressar no mercado europeu.

Secretário Executivo do Consórcio Brasil Central, José Eduardo, recebe medalha no DF



Renato Alves/Agência Brasília

O Secretário Executivo do Consórcio Brasil Central, José Eduardo, recebeu, do Secretário de Economia do DF, André Clemente, a Medalha Mérito Economia. O evento realizado na segunda-feira contou com outros homenageados e condecora os que contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento da economia do Distrito Federal, José Eduardo recebeu a medalha referente ao seu período como Secretário de Desenvolvimento Econômico do DF. O evento contou com a presença do Governador do DF, Ibaneis Rocha, e outras autoridades.

SHOWS PROIBIDOS

Castro sinaliza que haverá réveillon em Copacabana após pedido de Paes

O governador se mostrou favorável à realização da festa e disse que a ideia é fazer os fogos com música eletrônica, caixas de som e proibir o estacionamento para que se possa evitar a aglomeração

Depois de anunciar no fim de semana que o réveillon de Copacabana estava cancelado, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), anunciou na noite de segunda-feira, que se reuniu com o governador Cláudio Castro (PL) e solicitou que ao menos parte dos festejos possa ser realizada. Castro sinalizou de forma positiva e espera apenas a aprovação do comitê científico responsável por orientar medidas de combate à pandemia para confirmar a tradicional queima de fogos.

A ideia levada por Paes ao governador é de manter a queima de fogos na orla de Copacabana e em outros pontos do Rio. Em vez de shows ao vivo, a festa contaria com caixas de som espalhadas por alguns pontos. O estacionamento nas ruas de Copacabana seria proibido.

Ontem, o governador se mostrou favorável à realização da festa. "A ideia é a gente fazer os fogos com música eletrônica, umas caixas de som, e a proibição de estacionamento para que a gente possa evitar essa aglomeração", disse Cláudio Castro. A confirmação oficial, porém, ainda depende de aprovação dos comitês científicos do Estado e da cidade do Rio. Uma reunião conjunta está prevista para acontecer hoje para debater o assunto. A expectativa é que o réveillon tenha sua realização confirmada ou não até o fim de semana.

Na noite de segunda-feira, Eduardo Paes usou sua conta no Twitter para anunciar que a festa de réveillon em Copacabana - que ele mesmo havia definido no sábado que não iria mais acontecer - poderá



Castro: "O novo ambiente de negócios fez com que, hoje, o Rio se tornasse um estado no azul. Precisamos investir, gerar emprego e arrumar as estradas"

ser realizada.

"Estive agora à noite com o governador Cláudio Castro. Pedi que levasse a seu comitê científico a possibilidade de realizarmos ao menos os fogos em Copacabana e em alguns pontos centrais da cidade. @danielsoranz irá conduzir as negociações acerca do que é possível ser feito", escreveu o prefeito no Twitter, citando na mensagem o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

O recuo de Paes gerou muitas reclamações e provocou ironias entre os que seguem o prefeito na rede social. "Só pra entender, Dudu. O contrato da prefeitura com a covid-19 veda a participação do vírus

em aglomerações com pirotecnia, ou puxar o saco dos gringos nos hotéis da praia é bem mais importante que a saúde do povão amontoado?", indagou um.

Houve também quem defendesse o eventual recuo. "Faz os fogos no Cristo, na Igreja da Penha e no Pão de Açúcar. Assim, de quase toda a cidade os fogos poderão ser vistos!", sugeriu outro.

Castro participou ontem da abertura do evento GRI Rio Summit, no Hotel Fairmont, em Copacabana, Zona Sul do Rio. O encontro teve o objetivo de discutir o cenário econômico do Rio de Janeiro, possibilidade de novos investimen-

tos em infraestrutura e oportunidades para o desenvolvimento imobiliário na cidade.

Ele ressaltou duas diretrizes que norteiam o novo cenário de bom ambiente econômico no estado: diálogo e credibilidade. Com essa orientação, o governo implementou, em 2021, um modelo de concessão do saneamento, que viabilizará ao consumidor uma água de qualidade, e desburocratizou o processo de abertura de empresas, tornando o Rio mais atrativo para empresários e empreendedores.

"Esse novo ambiente de negócios fez com que, hoje, o Rio de Janeiro se tornasse um estado no azul. Precisa-

mos investir, gerar emprego, arrumar as estradas. Enquanto eu estiver aqui, 100% de cada parcela referente à concessão da Cedae será gasta em infraestrutura para que a gente possa fazer novos negócios, atrair empresas e trazer cada vez mais desenvolvimento para o Rio de Janeiro", garantiu o governador.

Castro também destacou a inauguração do Porto do Açu, segunda maior termelétrica do Brasil, como o maior empreendimento do país, assim como a ampliação do polo metalmeccânico e a redução sistemática na carga tributária, tornando o Rio mais competitivo.

Os secretários de Estado

da Casa Civil, Nicola Miccione, e de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Vinícius Farah, participaram dos painéis de discussão promovidos no encontro.

"Vivemos um momento de otimismo baseado em dados e evidências. Um mapeamento inédito que realizamos revelou que mais de R\$ 74 bilhões serão investidos pela iniciativa privada, até o final de 2022, em empreendimentos já instalados no estado. Temos investimentos de Norte a Sul do estado, que são demonstrações inequívocas do novo momento do Rio de Janeiro. Um momento de recuperação consistente das atividades econômicas, com impactos positivos em todos os setores", apontou Vinícius Farah, secretário de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com o secretário da Casa Civil, tão logo seja concluída a primeira fase da concessão do saneamento, prevista para o dia 29 de dezembro, o estado vai lançar um pacote de obras do programa Pacto RJ, que prevê investimentos de R\$ 17 bilhões, pelos próximos três anos, em diversos setores.

"É o Rio de Janeiro voltando a crescer. O Pacto RJ, lançado pelo governador Cláudio Castro, traz uma oportunidade ímpar de investimentos para o setor privado, proporcionando mais emprego e renda. Empresas estão chegando ao Rio de Janeiro e as que já temos estão permanecendo. É um ambiente de segurança. O estado recuperou sua credibilidade e a capacidade de os investidores acreditarem no Rio de Janeiro", ressaltou Nicola Miccione.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

DF: acordo deve dar mais transparência em licitações

Preparando o Distrito Federal para implementação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, líderes do governo do Distrito Federal (GDF), da Câmara Legislativa (CLDF) e do Tribunal de Contas (TCDF) assinaram ontem um acordo de cooperação técnica para dar mais transparência às licitações públicas.

Assinado pelo governador Ibaneis Rocha, pelo presidente da Câmara, deputado Rafael Prudente, e pelo presidente do tribunal, conselheiro Paulo Tadeu, o contrato firmado entre os poderes tem o objetivo de garantir a padronização de procedimentos e promover maior transparência, competitividade, agilidade e eficiência nesses processos de contratações e compras públicas.

Segundo o presidente do Tribunal de Contas do DF, Paulo Tadeu, o acordo assinado entre os poderes possibilita rápida superação de eventuais imprevistos e desvios que dificultem a implantação da Nova Lei de Licitações. "Com a união de esforços, poderemos desenvolver as ferramentas e os sistemas de tecnologia da informação necessários à aplicação das novas regras. Além de aju-

dar a capacitar os servidores do Tribunal, da Câmara e do GDF, oferecendo segurança jurídica, agilidade e eficiência às licitações e contratos administrativos públicos."

Com base no acordo, as partes se comprometem a elaborar e executar planos de ação que deverão ser detalhados por cada órgão ou instituição que deles façam parte, incluindo as empresas públicas dependentes do Tesouro local. Caberá ao TCDF acompanhar a implementação desses planos, consolidando os relatórios e, quando necessário, emitir orientações visando ao cumprimento das obrigações pactuadas.

"Vai melhorar o pregão e dar mais transparência às modalidades de compras", explicou o secretário de Economia André Clemente. "É uma antecipação do prazo da nova lei de licitações", completou o presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente. O acordo tem prazo de vigência de 18 meses a partir da data de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Consultor jurídico do GDF, Rodrigo Becker explica que o acordo serve para os órgãos se adequarem à nova

legislação, principalmente nesse processo de transição de uma norma para outra. "E fazer a capacitação e gestão para aplicação da Lei 14.133, que vai mudar toda a forma de contratação do serviço público."

Em 1º de abril foi promulgada a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ela altera as regras dos sistemas de contratação por órgãos da Administração Pública, autarquias e fundações de União, estados, Distrito Federal e municípios. A Lei nº 14.133/2021 consolida em um único dispositivo o regime jurídico aplicável às licitações e contratos administrativos.

Até então, as normas legais encontravam-se distribuídas entre disposições contidas na Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666/93), na Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e na Lei nº 12.462/11, que dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratações (RDC). O novo regimento traz importantes aperfeiçoamentos para o âmbito das contratações públicas, consolida boas práticas, introduz novos institutos e corrige falhas pontuais do sistema licitatório brasileiro.

SUSTENTABILIDADE

Riachuelo vai utilizar carros elétricos mais sustentáveis

Para reduzir a emissão de CO2 nas operações de logísticas, a Riachuelo começou a fazer entregas utilizando meios de transporte que colaboram com a sustentabilidade do planeta. Após fase de testes, a marca está operando com uma frota de bicicletas elétricas para as entregas dos clientes do Digital em 16 lojas da grande São Paulo. Além disso, todas as entregas do Digital em Guarulhos também já estão sendo realizadas com veículo elétrico de modelo ET3 Delivery da marca BYD que emite, em média, 70% menos gases em relação ao transporte comum.

"A mudança ocorre de maneira gradativa. Nosso objetivo enquanto marca é entregar uma moda consciente de ponta a ponta para os nossos consumidores. Ou seja, desde a escolha de matérias-primas, fornecedores certificados, processos de produção e produtos mais sustentáveis, até a chegada destas peças na casa do cliente. A utilização de veículos elétricos em substituição aos veículos tradicionais movidos a combustíveis fósseis é uma das nossas ações para reduzir emissões de carbono nos próximos anos, diz Mauro

Mariz, diretor executivo de Gente, Gestão e Sustentabilidade.

Segundo dados do estudo feito pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), o setor de transporte como um todo é responsável por 14% das emissões de gases do efeito estufa no mundo. Só em São Paulo, os carros representam 72,6% dessas emissões da cidade e são mais poluentes que os próprios ônibus, se comparada a quantidade de material particulado lançado por pessoa transportada.

O passo da Riachuelo, de acordo com o Elio Silva, diretor executivo de Marketing e Canais, vem de encontro com a transformação digital do Grupo e o aumento das vendas pelos canais digitais da marca: "Registramos um crescimento de 10,1% de vendas no e-commerce, mesmo com a reabertura das lojas físicas e a base total de clientes no digital cresceu 60%. Ao todo, foram 15,2 milhões de downloads do aplicativo, 2,4 vezes mais em relação ao terceiro trimestre do ano passado. Ao somarmos isso ao nosso propósito de fortalecer o pilar de sustentabilidade da Riachuelo, temos como foco seguir investindo em ações

e iniciativas mais robustas dentro dos seguintes eixos de atuação: cadeia limpa e transparente, gestão de resíduos, mudanças climáticas, circularidade, eficiência hídrica e energética, produtos mais sustentáveis e investimentos sociais", conclui Silva.

Para Janeiro de 2022, com a chegada de novos veículos programados, a Riachuelo irá expandir a operação de logística de veículos mais sustentáveis para outras cidades do estado de São Paulo. A marca ainda prevê comunicação a entrega mais limpa para os consumidores na hora do fechamento de pedidos pelos canais da marca.

Mais de 70 anos de história, com mais de 38 mil colaboradores, a Riachuelo trabalha com o propósito de conectar desejos a realizações. Unindo inovação, dinamismo e agilidade para entregar coleções e produtos para todos os estilos, a rede é uma das principais referências do setor e é reconhecida como uma das maiores empresas de moda do Brasil. Com o maior parque fabril da América Latina, são mais de 30 milhões de clientes no cartão Riachuelo e mais de 360 lojas próprias espalhadas pelo país.

Rio de Janeiro

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 08.602.745/0001-32 - NIRE: 33.3.0027996-2

Ata da AGE: 1- data, hora e local: 01/11/21, às 14 h., na sede da Cia., situada na Rua São Clemente, 38, Botafogo, RJ-RJ. **2- Quórum e convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do §4º, do Art. 4º, da Lei 6.404/76. **3- Mesa:** Laerte Tavares Lacerda - Presidente; Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Secretária. **4- Ordem do dia e deliberações aprovadas por unanimidade:** **4.1.** - Rerratificar a ata da AGE, realizada no dia 29/06/21, às 14 horas, que deliberou pela reforma do Estatuto Social da Cia. para: De: "4.1. - Aprovação da reforma do Estatuto Social da Cia., na forma da consolidação anexa, que é parte integrante e indissociável da presente ata." Para: "4.1. - Alterar os seguintes dispositivos do Estatuto Social da Cia.: a) inciso II do Art. 8º: de "eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, inclusive seus Presidentes" para "eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, inclusive seus Presidentes"; b) inciso I do art. 16: de "convocar instalar e presidir as Assembleias Gerais, as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo" para "convocar instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração"; e c) inciso VIII do art. 17: de "fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria" para "fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria"; **4.2.** - Ratificadas as demais deliberações. **5- Encerramento da sessão:** Aprovadas por unanimidade todas as deliberações acima e nada mais havendo de que tratar, foi encerrado o trabalho desta AGE, lavrando-se no livro próprio a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. RJ, 01/11/21. Laerte Tavares Lacerda - Presidente; Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Secretária. **ACIONISTAS: CAPEMISA Instituto de Ação Social** - representado por Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Diretora-Presidente; **Associação Clube Salutar** - representado por Laerte Tavares Lacerda - Diretor-Presidente.

ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I: Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º - A CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto e pelos dispositivos legais aplicáveis. Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, 38, parte, Botafogo, podendo, nos termos deste Estatuto, criar ou encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios ou representações no Brasil. Art. 3º - A Companhia tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Pessoas em todo o Território Nacional podendo, ainda, participar de outras sociedades. Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II:** Capital e Ações: Art. 5º - O Capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 270.796.933,42 (duzentos e setenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), dividido em 638.362.669 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal. Art. 6º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III:** Assembleia Geral: Art. 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á: I) ordinariamente, até o dia 31 de março de cada ano, para: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e, quando for o caso, sobre a distribuição de dividendos. II) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Art. 8º - A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei e do presente Estatuto Social, pelo presidente do Conselho de Administração, e será presidida por este, ou na sua ausência ou impedimento, por seu substituto, e tem, além de outras atribuições previstas em lei e nesse Estatuto, as seguintes: I) definir as diretrizes e objetivos gerais da companhia; II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, inclusive seus Presidentes; III) autorizar a aquisição de ações da própria companhia, para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria; IV) aprovar o aumento ou a redução do capital social; V) fixar a remuneração global dos membros dos órgãos da administração; VI) fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; VII) reformar o Estatuto Social; VIII) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; IX) autorizar a emissão de debêntures; e X) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações. Parágrafo Único: cabe ao presidente da Assembleia Geral escolher o secretário. **CAPÍTULO IV:** Administração: **Seção I:** Normas Gerais: Art. 9º - A administração da companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. Art. 10 - O prazo de gestão dos administradores é de 3 (três) anos, contados da sua eleição, permitida a reeleição. Parágrafo Único: O prazo de gestão dos administradores se estende, excepcionalmente até a investidura de seus sucessores. Art. 11 - Os membros do Conselho de Administração e os da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no livro próprio. § 1º - Se o termo de posse não for assinado nos trinta dias seguintes à eleição, estão tomar-se-á sem efeito. § 2º - Os administradores ficam dispensados de prestar garantias para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos. Art. 12 - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria lavrar-se-ão atas, que, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão levadas ao Registro Público de Empresas Mercantis e publicadas na forma da lei. **Seção II:** Conselho de Administração: Art. 13 - O Conselho de Administração é o órgão máximo de orientação e direção superior da companhia e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis. § 1º - No ato da eleição, a Assembleia Geral designará dentre os eleitos quem ocupará a função de Presidente do Conselho de Administração. § 2º - No caso de vacância de cargo de conselheiro, que importe em quórum inferior ao número mínimo previsto no caput, a Assembleia Geral elegerá tantos substitutos quantos forem necessários, que completarão o mandato do(s) substituído(s). Art. 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu presidente ou de 3 (três) dos conselheiros. § 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração devem ser feitas por carta ou por qualquer meio eletrônico que permita comprovar o recebimento pelo destinatário. A convocação será feita com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias e especificará data, hora e local para a reunião, bem como as matérias a serem submetidas à apreciação e eventual aprovação. § 2º - A convocação poderá ser dispensada nos seguintes casos: I) se a totalidade dos conselheiros estiver presente; ou II) se, antes da reunião, os ausentes dispuserem a convocação e tiverem comunicado a dispensa ao Presidente do Conselho de Administração por qualquer das formas estabelecidas no parágrafo primeiro acima. § 3º - O quórum mínimo para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é a maioria dos conselheiros. § 4º - O conselheiro que não puder comparecer a qualquer das reuniões do Conselho de Administração poderá: I) autorizar por escrito outro conselheiro a representá-lo na reunião e votar por ele, computando-se, para efeito de quórum de instalação e de deliberação, as presenças e os votos do representante e de seus representados; ou II) participar da reunião mediante conferência telefônica ou vídeo conferência. § 5º - Havendo a necessidade de substituição temporária de qualquer dos membros do Conselho de Administração, inclusive do seu Presidente, será nomeado, pela maioria relativa dos demais Conselheiros e entre os membros remanescentes, aquele que substituirá temporariamente o ausente, cabendo ao substituto temporário votar em seu próprio nome e no do Conselheiro substituído. § 6º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo o voto de qualidade, em caso de empate, ao Presidente, ou ao conselheiro nomeado para substituí-lo, nos termos do § 5º acima. Art. 15 - No caso de vacância, impedimento ou renúncia do cargo de Presidente do Conselho de Administração, caberá aos demais membros indicar qual dos Conselheiros remanescentes deverá substituí-lo, até a realização de Assembleia Geral, a realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias da indicação. Art. 16 - Compete ao presidente do Conselho de Administração: I) convocar instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração; II) assegurar no sentido de que sejam cumpridas as normas deste estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as da Assembleia Geral. Art. 17 - Além de outras atribuições previstas em lei e neste estatuto, compete ao Conselho de Administração: I) fixar as políticas e orientações gerais dos negócios da Companhia, tendo em vista as diretrizes e objetivos estabelecidos pela Assembleia Geral e legislação em vigor; II) aprovar o planejamento estratégico da Companhia; III) aprovar o orçamento anual, os planos, os programas e as normas gerais de administração e controle da companhia; IV) deliberar previamente sobre propostas da Diretoria relativas a: a) celebração de contratos ou qualquer outro instrumento que crie obrigações para a Companhia em valor individual superior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do capital social; b) aquisição ou alienação de participações em sociedades; c) aquisição de bens para o ativo permanente por preço superior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do capital social e a alienação de bens que o integrem, quando o respectivo valor contábil for superior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor do capital social; e d) prestação de garantias reais ou fidejussórias, observada a regulamentação do setor segurador; V) encaminhar à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras, os pareceres dos auditores independentes, bem como propostas para destinação dos lucros; VI) indicar o representante legal da companhia que comparecerá às assembleias gerais e às reuniões de sócios das sociedades das quais ela participe; VII) fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria; VIII) escolher e destituir os auditores independentes; IX) examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, obtendo cópia destes sempre que julgar necessário; **Seção III:** Diretoria: Art. 18 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) diretores, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico, um Diretor Administrativo Financeiro e até três diretores sem designação específica. § 1º - Até 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração podem ser eleitos para a Diretoria, não podendo ocupar o cargo de Diretor-Presidente aquele que for indicado para a presidência do Conselho de Administração. § 2º - Os membros da Diretoria poderão ser eleitos ou reeleitos, na forma deste Estatuto; Art. 19 - Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais: I) representar a Sociedade, dirigir os negócios e fazer cumprir o objeto social, observando as diretrizes traçadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. II) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia; III) elaborar e submeter ao Conselho de Administração os planos, programas e normas gerais de administração e controle da Companhia; IV) fixar as normas gerais de operação da Companhia; V) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, para apresentação à Assembleia Geral, relatório das atividades sociais, instruindo-o com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras legalmente exigidas em cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes e, quando for o caso, com o parecer do Conselho Fiscal, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; VI) aprovar a criação, alteração e o encerramento de quaisquer dependências, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações; VII) observar fielmente as disposições legais e regulamentares do setor segurador; VIII) acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e empresas das quais a Companhia participe ou as quais esteja associada; IX) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicação de recursos, adquirir ou hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias assinando os respectivos termos e contratos, observando as disposições do inciso "IV", do artigo 17 deste Estatuto Social; e X) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração. Art. 20 - Compete ao Diretor-Presidente: I) estabelecer atribuições aos diretores, respeitadas as atribuições específicas; II) coordenar e orientar as atividades dos diretores; III) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; Art. 21 - Compete ao Diretor Técnico a supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos. Art. 22 - Compete ao Diretor Administrativo Financeiro a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras e de investimentos. Art. 23 - Os demais Diretores terão os poderes e a responsabilidade pela condução, orientação, fiscalização e coordenação das áreas que lhes vierem a ser atribuídas pelo Diretor-Presidente. Art. 24 - No caso de afastamento temporário de qualquer diretor, inclusive do Diretor-Presidente, caberá a este designar dentre os diretores, o substituto. Art. 25 - No caso de vacância do cargo de diretor, que importe em quórum inferior ao número mínimo previsto no caput, o Conselho de Administração reunir-se-á imediatamente para eleger substituto, que cumprirá o restante do mandato do substituído. Art. 26 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, ou seu substituto: Parágrafo Único - A Diretoria se reúne com a presença da maioria de seus membros e delibera pela maioria dos presentes, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate. Art. 27 - A companhia é representada por 2 (dois) diretores em conjunto, a exceção das hipóteses previstas no inciso "IV" do "Art. 17", ocasião em que deverá ser representada pelo Diretor-Presidente acompanhado de mais um diretor. § 1º - a companhia pode ainda ser representada: I) conjuntamente, por qualquer diretor e um procurador; II) por dois procuradores conjuntamente; III) em casos especiais, desde que formalmente autorizado por deliberação da Diretoria, por um diretor ou por um procurador; e IV) por um diretor ou por um procurador perante os órgãos fiscalizadores das operações da companhia e demais repartições públicas e na prática de atos que para ela não gerem obrigações. § 2º - Nos atos de nomeação de procuradores, a companhia deverá ser representada por dois diretores, exceto para as hipóteses previstas no inciso "IV" do Art. 17, cujo instrumento de mandato deverá conter obrigatoriamente a assinatura do Diretor-Presidente; § 3º - Dos instrumentos de mandato *ad negotia* deverá constar necessariamente o prazo de validade, reputando-se outorgados por 1 (um) ano aqueles que não contiverem prazo. Os mandatos *ad iudicia* poderão ser outorgados sem prazo. **CAPÍTULO V:** Conselho Fiscal: Art. 28 - O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, terá, quando instalado, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Art. 29 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitado o limite legal. Art. 30 - Compete ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições previstas em lei: I) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais; II) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações que julgar necessárias à deliberação da assembleia geral; III) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. **CAPÍTULO VI:** Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Resultados: Art. 31 - O exercício social corresponde ao ano civil, devendo a administração da companhia levantar balanço e elaborar as demonstrações financeiras de acordo com a periodicidade e os critérios exigidos na regulamentação do setor segurador. Art. 32 - A companhia pode, mediante deliberação do Conselho de Administração: I) levantar balanços em períodos inferiores a 1 (um) ano e, com base neles, distribuir dividendos, respeitado o limite legal; e II) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Art. 33 - Do resultado do exercício, feitas as deduções legais, 5% (cinco por cento) devem ser aplicados na constituição da reserva legal, cabendo à Assembleia Geral, respeitadas as limitações legais, deliberar sobre o saldo remanescente. Art. 34 - Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei. O saldo remanescente deverá constituir Reserva de Investimento e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro, podendo inclusive absorver prejuízos. Art. 35 - O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica. Art. 36 - Compensar-se-ão, nos dividendos anuais, os juros sobre capital próprio e os dividendos que, de conformidade com o disposto no inciso "I" do artigo 32 deste estatuto, tenham sido distribuídos no período. Art. 37 - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia. Laerte Tavares Lacerda - Presidente; Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Secretária. **ACIONISTAS: CAPEMISA Instituto de Ação Social** - representado por Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Diretora-Presidente; **Associação Clube Salutar** - representado por Laerte Tavares Lacerda - Diretor-Presidente. Jucerja nº 4658889 em 02/12/2021.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 09.266.129/0001-10 - NIRE 33.3.0028477-0

Ata da Reunião do Conselho de Administração. 1. Hora, Data e Local: Às 09h do dia 29/11/2021, na sede social da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Cia."), na Rua Coronel Gomes Machado nº 118, Loja 101, Centro, CEP 24020-065, Niterói, RJ. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme caput do Art. 12 do Estatuto Social da Cia.. **3. Mesa:** Presidente: João Pedro Backheuser; Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. **4. Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** Foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade de votos dos Conselheiros: **4.1.** Nos termos da Cláusula 14 (l) do Estatuto Social da Cia., aprovar a realização, pela FAB, Zona Oeste S.A., (CNPJ/ME nº 14.863.079/0001-99) ("Emissora") de sua 6ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, sendo 147.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, no montante total de R\$147.000.000,00, as quais terão prazo de vencimento de até 15 meses contados da data de emissão, contarão com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,50% ao ano, base 252 dias úteis ("Remuneração"), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Emissão"); "Debêntures" e "Oferta", respectivamente), conforme os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da F.A.B. Zona Oeste S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ/ME nº 17.343.682/0001-38), representando a comunhão dos Debenturistas, a Cia. e a BRK Ambiental Participações S.A. (CNPJ/ME nº 24.396.489/0001-20), na qualidade de fiadores; **4.2.** Nos termos da Cláusula 14 (m) do Estatuto Social da Cia., aprovar, a outorga e constituição de garantia fidejussória, prestada na forma de fiança, pela Cia., em caráter irrevogável, irretroatável, em garantia do fiel e exato cumprimento de todas obrigações, principais e acessórias da Emissora no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas"), proporcionalmente às respectivas participações societárias na Emissora, sendo que a garantia fidejussória pela Cia. estará limitada à proporção de 50% sobre as Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios dos arts 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos arts 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Fiança"); **4.3.** Autorizar a Diretoria e/ou procuradores da Cia., conforme o caso, a praticarem todos os atos necessários relacionados à Emissão, à Oferta e à Fiança, incluindo, mas não se limitando a, (i) celebração de todos os documentos necessários à realização da Emissão, da Fiança e da Oferta e seus respectivos aditamentos, conforme aplicável; (ii) negociação de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis aos documentos da Oferta e seus respectivos aditamentos, e, (iii) realização de registros junto à cartórios de títulos e documentos, juntas comerciais e anotações em livros societários, dentre outros; e **4.4.** Ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Cia., ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução das deliberações descritas acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros. Mesa: Presidente - Sr. João Pedro Backheuser, Secretária - Sra. Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. Membros do Conselho de Administração: João Pedro Backheuser, Carlos Henrique da Cruz Lima, Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Genilson Silva Melo, Leandro Luiz Gaudio Comazzetto, Francisco Ubiratan de Sousa e Ricardo Bacellar Wuerkert. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 29/11/2021. João Pedro Backheuser - Presidente; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro - Secretária. **Conselheiros:** João Pedro Backheuser; Carlos Henrique da Cruz Lima; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro; Leandro Luiz Gaudio Comazzetto; Genilson Silva Melo; Francisco Ubiratan de Sousa; Ricardo Bacellar Wuerkert. Arquivada na JUCERJA nº 4658787 em 02/12/2021. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

SF 395 Participações Societárias S.A.

(em constituição)

Ata da AGC de Sociedade por Ações

Aos 11/08/2021, às 10h, na sede, RJ/RJ. **Convocação e Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Sr. Luis Guilherme de Souza Silva; Secretário: Sr. Lawrence Santini Echenique. **Deliberações:** Deliberaram o quanto segue: **1.** Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **SF 395 Participações Societárias S.A.** **2.** Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$1,00 cada, totalizando um valor de R\$400,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. **3.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de (i) Sr. Luis Guilherme de Souza Silva para a posição de Diretor; (ii) Sr. Lawrence Santini Echenique para a posição de Diretor. O jornal para a publicação dos atos da Companhia será o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um jornal local de grande circulação. **Encerramento:** Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 11/08/2021. Mesa: Luis Guilherme de Souza Silva - Presidente; Lawrence Santini Echenique - Secretário. Acionistas: Totalidade. JUCERJA/NIRE nº 3330033931 em 31/08/2021. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral.

A Prevenção é um assunto necessário e eficaz.

Mês da Conscientização da Luta contra a Aids

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

LIBRA INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/ME Nº 10.929.928/0001-09 - NIRE 35.300.369.564

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Em 28/09/21, às 9h30, na sede na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, Santos/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, de acordo com o art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), em razão da presença de todos os Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Cláudio Bayard Caetano Ramos; Secretário: Ronaldo Borges. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os Acionistas, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: 4.1. Aprovar a alteração do endereço da sede e foro da Cia., atualmente localizado na cidade de Santos/SP, na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, CEP 11020-450, para a cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Art. 1º - A *Libra Investimentos S.A.* é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Cia"). A Cia tem sede e foro na cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, onde funcionará o escritório administrativo da Companhia, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou outras dependências em quaisquer localidades do território nacional ou do exterior." 4.2. Tendo em vista a deliberação acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou, de forma sumária, como factula o § 1º, do art. 130, da Lei das S/A, a presente ata. **6. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Cláudio Bayard Caetano Ramos. Secretário da Mesa: Ronaldo Borges. Acionistas Presentes: Libra Holding Ltda., Libra Administração e Participações S.A., ambas neste ato representadas por seus Diretores, os Srs. Cláudio Bayard Caetano Ramos e Ronaldo Borges; Gonçalo Borges Torrealba e John Andrew de Oliveira Harris. Confere com original, lavrado em livro próprio. Santos, 28/09/21. Ronaldo Borges - Secretário. **Jucesp nº 506.719/21-2 em 19/10/21. Jucerja nº 3330034111 em 23/11/21.**

LIBRA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ/ME Nº 20.816.171/0001-09 NIRE 35.300.468.449

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Em 28/09/21, às 10h, na sede na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, Santos/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, de acordo com o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), em razão da presença da única Acionista representando a totalidade do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Cláudio Bayard Caetano Ramos; Secretário: Ronaldo Borges. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A única Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, resolveu o quanto segue: 4.1. Aprovar a alteração do endereço da sede e foro da Cia., atualmente localizado na cidade de Santos/SP, na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, CEP 11020-450, para a cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Art. 1º - A *Libra Infraestrutura S.A.* ("Cia") é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Lei das S/A"). A Cia tem sede e foro na cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, onde funcionará o escritório administrativo da Cia, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou outras dependências em quaisquer localidades do território nacional ou do exterior." 4.2. Tendo em vista a deliberação acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou, de forma sumária, como factula o § 1º, do art. 130, da Lei das S/A, a presente ata. **6. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Cláudio Bayard Caetano Ramos. Secretário da Mesa: Ronaldo Borges. Acionista Presente: LIBRA INVESTIMENTOS S.A., neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Cláudio Bayard Caetano Ramos e Ronaldo Borges. Confere com original, lavrado em livro próprio. Santos, 28/09/21. Ronaldo Borges - Secretário. **Jucesp nº 506.705/21-3 em 19/10/21. Jucerja nº 33300341251 em 06/12/21.**

BOREAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 00.086.552/0001-64 NIRE 35.300.518.284

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Em 28/09/21, às 11h, na sede na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, Santos/SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, de acordo com o art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), em razão da presença de todos os Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Cláudio Bayard Caetano Ramos; Secretário: Ronaldo Borges. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os Acionistas, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: 4.1. Aprovar a alteração do endereço da sede e foro da Cia., atualmente localizado na cidade de Santos/SP, na Rua Professor José Olivari, nº 154, Estuário, CEP 11020-450, para a cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, com a consequente alteração do art. 1º do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Art. 1º - A *Boreal Empreendimentos e Participações S.A.* é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Sociedade"). A Sociedade tem sede e foro na cidade e estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 701 a 703, Centro, CEP 20090-903, onde funcionará o escritório administrativo da Sociedade, podendo por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou outras dependências em quaisquer localidades do território nacional ou do exterior." 4.2. Tendo em vista a deliberação acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou, de forma sumária, como factula o § 1º, do art. 130, da Lei das S/A, a presente ata. **6. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Cláudio Bayard Caetano Ramos. Secretário da Mesa: Ronaldo Borges. Acionistas Presentes: Libra Infraestrutura S.A. e Libra Investimentos S.A., ambas representadas por seus Diretores, os Srs. Cláudio Bayard Caetano Ramos e Ronaldo Borges. Confere com original, lavrado em livro próprio. Santos, 28/12/21. Ronaldo Borges - Secretário. **Jucesp nº 508.383/21-3 em 20/10/21. Jucerja nº 33300341072 em 22/11/21.**



PÁGINA CERTIFICADA
O Jornal **DIÁRIO COMERCIAL**
Garante a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
www.diariocomercial.com.br

LIGHTGER S.A.CNPJ/MF 04.430.725/0001-70 - NIRE 33.3.0029128-8
Cia. de Capital Fechado

Certidão da Ata da Assembleia Geral Ordinária. 1. Data, horário e local: 13/10/2021, às 14h, na sede social da Cia., na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor D, Centro, Rio de Janeiro-RJ. **2. Presenças e convocação:** Presentes acionistas que representavam a totalidade do Capital Social, sendo a Light S.A. representada por seus Diretores Alessandra Genu Dutra Amaral e Déborah Meirelles Rosa Brasil e Cemig Geração e Transmissão S.A. representada pelo advogado Denis Teixeira Ferreira Dias, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Dispensada a publicação dos avisos de convocação, na forma do disposto no §4º do art. 124 da Lei 6.404/1976. Presentes, também, os Diretores da Cia. João Carlos Mello Ribeiro Carmo e Cibele Soares Dias dos Anjos. Dispensada, por unanimidade, a presença do representante da Auditoria Independente, conforme §2º do art. 134 da Lei 6.404/1976. **3. Mesa e instalação:** Déborah Meirelles Rosa Brasil, Presidente da mesa e Isabela Moreira Derzi Carlos, convidada para secretariar os trabalhos. Instalada a reunião, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata na forma de sumário. **4. Ordem do dia:** (i) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2020; (ii) destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2020; (iii) fixação da remuneração anual global da Administração para 2021; e (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, deliberaram: **5.1.** Considerar sanada a ausência da publicação dos anúncios de disponibilização do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, em conformidade com o caput c/c §4º do art. 133 da Lei 6.404/1976, haja vista que estes documentos foram publicados antes da realização desta Assembleia, no dia 23/04/2021 nos jornais DOERJ (fls. 23 à 26) no Diário Comercial (fls. 34 à 36). **5.2.** Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício findo em 31/12/2020. O resultado do exercício foi um lucro de R\$ 25.743.764,53. **5.3.** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme segue: a) o valor de R\$ 1.287.188,23 equivalente a 5% do Lucro Líquido para Reserva Legal; b) R\$6.114.144,08 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, a serem pagos até 31.12.2021; c) R\$18.342.432,22 referentes aos dividendos adicionais propostos, condicionados à anuência de instituições financeiras com as quais possuem contratos de financiamento de longo prazo firmados. **5.4.** Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira, tendo em vista o vínculo profissional remunerado com o acionista que o indicou, razão pela qual não há remuneração global aos administradores a ser deliberada. **5.5.** Eleger os seguintes membros do Conselho de Administração, como membros efetivos, com mandato até a AGO a ser realizada em 2024: a) **Alessandra Genu Dutra Amaral**, brasileira, casada, economista, portadora da CI nº 077.475.24-2, expedida pelo Detran/RJ, e inscrita no CPF/ME nº 021.825.287-09, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, número 168, Centro, RJ; b) **Renato Osório Ferreira**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da CI nº 08425232-9, expedida pelo IFRJ, e inscrito no CPF/ME nº 023.623.627-01, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, número 168, Centro, RJ; c) **Eduardo Righi Reis**, brasileiro, casado, economista, portador da CI nº MG-11.111.780, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME nº 044.566.946-29, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, número 168, Centro, RJ; d) **Sérgio Teixeira de Castro**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da CI nº MG-4897795, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME nº 760.563.846-91, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, número 168, Centro, RJ; e) **Mário Lúcio Braga**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis e direito, portador da CI nº MG-363214-9, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME nº 469.088.896-53, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, número 168, Centro, RJ. Fica registrado que devido ao término de mandato as vagas dos suplentes ficarão vagas. Os conselheiros eleitos declararam, antecipadamente, que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no art. 147 da Lei 6.404/1976, para o exercício dos respectivos cargos, bem como que não têm qualquer impedimento legal para exercer a função de administração da Cia., que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil, que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente, não tendo nem representando interesse conflitante com o da Cia.. Diante disso, o Conselho de Administração da Cia. passou a ter a seguinte composição:

Efetivos	Suplentes
Alessandra Genu Dutra Amaral	Vago
Renato Osório Ferreira	Vago
Eduardo Righi Reis	Vago
Sérgio Teixeira de Castro	Vago
Mário Lúcio Braga	Vago

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Ordinária da Lightger S.A. realizada no dia 13/10/2021, às 14h. Isabela Moreira Derzi Carlos - Secretária da Mesa. Arquivado na JUCERJA nº 4657408 em 30/11/2021. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

LIGHTGER S.A.CNPJ/ME Nº 04.430.725/0001-70 - NIRE Nº 33.3.0029128-8
Capital Fechado

Certidão da Ata da RCA da Lightger S.A. realizada em 13/08/2021, lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o §1º do Art. 130 da Lei nº 6.404/1976. 1. Data, hora e local: 13/08/2021, às 15h, realizada mediante videoconferência. **2. Presenças:** Os Conselheiros Alessandra Genu Dutra Amaral, Presidente da Mesa, Renato Osório Ferreira, Eduardo Righi, Sérgio Teixeira de Castro e Mário Lúcio Braga. Compareceram, ainda, sem participar das votações os Diretores João Carlos Mello Ribeiro Carmo e Cibele Soares Dias, e Isabela Moreira Derzi Carlos, convidada para secretariar os trabalhos. **3. Assunto para Deliberação:** **3.1. Eleição da Diretoria da Cia. em decorrência de término do mandato:** O Conselho, por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, reeleger, para cumprir mandato de 3 anos, a iniciar-se em 17.08.2021 e encerrando-se em 17.08.2024, para compor a Diretoria da Cia.: i) por indicação da Light S.A., para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro, o Sr. **João Carlos Mello Ribeiro do Carmo**, brasileiro, casado, economista, portador da CI nº 06530500-5, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/ME nº 823348707-49, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20080-002; e, ii) por indicação da Cemig Geração e Transmissão S.A., para o cargo de Diretora Técnica Comercial, a Sra. **Cibele Soares Dias dos Anjos**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da CI nº 3-628.020, expedida pelo PCMG/MG, inscrita no CPF/ME nº 544136566-87, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.080-002. **3.1.1.** Os Diretores eleitos declararam, antecipadamente, que: i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou quaisquer outros crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76; ii) atendem aos requisitos de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/1976; iii) não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes com a Cia., não tendo, nem representando interesses conflitantes com os da Lightger, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/1976. Os Diretores eleitos tomarão posse a partir de 17.08.2021, através da assinatura do termo de posse na presente data. A Diretora Cibele Soares Dias dos Anjos assumiu, ainda, o compromisso solene de conhecer, observar e acatar os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de MG. **3.1.2.** Em razão da aprovação das deliberações acima, a Diretoria da Cia. ficou assim constituída: Diretor Administrativo Financeiro: João Carlos Mello Ribeiro do Carmo; Diretora Técnica Comercial: Cibele Soares Dias dos Anjos. **3.2. Celebração, como interveniente anuente, do Contrato de Compra e Venda de Ações para alienação da totalidade da participação detida pela Light S.A. ("Light S.A.") no capital social da Cia. à Brasal Energia S.A. ("Brasal") ("CCVA").** Os Conselheiros presentes, deliberaram, por unanimidade, retirar esta matéria da pauta das deliberações desta reunião e submetê-la ao Conselho de Administração, posteriormente, em momento oportuno. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da RCA da Lightger S.A., realizada em 13/08/2021, às 15h, mediante videoconferência. Isabela Moreira Derzi Carlos - Secretária da Reunião. Arquivado na JUCERJA nº 4453490 em 13/09/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

LIGHTGER S.A.CNPJ/MF Nº 04.430.725/0001-70 - NIRE Nº 33.3.0029128-8
Capital Fechado

Certidão da Ata da RCA da Lightger S.A. realizada em 27/10/2021, lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o §1º do Art. 130 da Lei nº 6.404/1976. 1. Data, hora e local: 27/10/2021, às 15h, realizada mediante conferência telefônica. **2. Presenças:** A Conselheira, Alessandra Genu Dutra Amaral, Presidente da Mesa, e os Conselheiros, Renato Osório Ferreira, Eduardo Righi Reis, Sérgio Teixeira de Castro e Mário Lúcio Braga. Compareceram, ainda, sem participar das votações os Diretor João Carlos Mello Ribeiro Carmo e a advogada Isabela Moreira Derzi Carlos que foi convidada para secretariar os trabalhos. **3. Assunto para Deliberação:** **3.1. Renúncia da Diretoria Executiva:** A Presidente do Conselho informa que recebeu em 14/10/2021 o pedido de renúncia da Sra. Cibele Soares Dias dos Anjos ao cargo de Diretora Técnica Comercial da Cia.. **3.2. Alteração na composição da Diretoria da Lightger:** Em razão da renúncia apresentada pela Sra. Cibele Soares Dias dos Anjos ao cargo de Diretora Técnica Comercial, o Conselho de Administração da Cia., por unanimidade, decidiu: I - Eleger, para cumprir o prazo restante do mandato a encerrar-se em 17/08/2024, para o cargo de Diretor Técnico Comercial, o Sr. **Marcos Antônio Aquino Rodrigues**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI nº M 4987622, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME nº 699.007.286-53, com endereço comercial na Av. Barbacena, 1200 - 14º andar - Santo Agostinho/BH - CEP 30.190-131. **3.1.1.** O Diretor eleito declarou, antecipadamente, que: a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou quaisquer outros crimes que o impeça de exercer atividades mercantis, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404/76; b) atende aos requisitos de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/1976; e, c) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerado concorrente com a Cia., não tendo, nem representando interesses conflitantes com os da Lightger, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/1976. O Diretor Marcos Antônio Aquino Rodrigues, assumiu, ainda, o compromisso solene de conhecer, observar e acatar os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de MG. **3.1.2. O Presidente esclareceu que a Diretoria da Cia. ficou assim constituída:** • Diretor Administrativo Financeiro: João Carlos Mello Ribeiro do Carmo; • Diretor Técnico Comercial: Marcos Antônio Aquino Rodrigues. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da RCA da Lightger S.A. realizada em 27/10/2021, às 15h. Isabela Moreira Derzi Carlos - Secretária da Reunião. Arquivado na JUCERJA nº 4653196 em 23/11/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

FORA DO PAÍS

Cartórios registram alta de 67% na validação de documentos no exterior

As dificuldades enfrentadas pelo Brasil durante crise de saúde pública causada pela pandemia da Covid-19, aliada a perda do poder aquisitivo das famílias em razão da desvalorização da moeda, tem feito com que cada vez mais brasileiros tentem a vida no exterior. É o que mostram também o aumento nos atos de Apostilamentos, serviço de validação de documentos escolares e de dupla cidadania feitos em Cartórios, que cresceram 67% no segundo semestre deste ano.

Dados do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os Cartórios de Notas do país e administra a plataforma de Apostilamentos, mostram que entre junho e novembro de 2021 foram realizados mais de 912 mil Apostilamentos no Brasil, enquanto no mesmo período do ano passado foram validados 544 mil documentos.

Quando observados apenas aqueles referentes a solicitações de vistos para estudos ou abertura de processos de dupla cidadania, o crescimento foi de 131%, passando de 299,5 mil no segundo semestre do ano passado, para 693 mil no mesmo período de 2021. Em 2020, os documentos apostilados referentes a quem desejava estudar ou tirar dupla cidadania representavam 55% do total de atos praticados, enquanto em 2021 já representam 76% das solicitações.

Para a presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, os números demonstram o acerto do Poder Judiciário ao ter delegado esta nova função aos Cartórios de todo o País. “Até então, o processo de apostilamento era feito em poucas unidades do Governo Federal e composto por várias etapas, que envolvia inclusive grandes deslocamentos. Hoje em dia, os Cartórios de Notas credenciados, presentes em diversos municípios, também podem realizar este impor-

tante serviço para a população de modo célere e seguro”, destaca.

Dados do Ministério das Relações Exteriores já mostravam um aumento de quase 20% no número de brasileiros vivendo no exterior em comparação com 2018, isso sem se computar o número daqueles que vivem ilegalmente. Ainda segundo a pasta, 4,2 milhões de brasileiros moram atualmente longe do país.

O Apostilamento, realizado em Cartórios de todo o país, é utilizado para autenticar e permitir o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros em outros 118 países. Entre os documentos mais comuns de serem apostilados estão as certidões de nascimento, casamento e óbito, as escrituras de divórcio, inventário, compra e venda e união estável, procurações, testamentos, diplomas, históricos e certificados escolares.

O Apostilamento visa dar agilidade e rapidez ao reconhecimento e autenticidade internacional de diferentes documentos dos países signatários da Convenção de Haia, firmado em 1965, na Holanda. Sob coordenação e regulamentação de aplicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Convenção entrou em vigor no Brasil em 2016. Em junho de 2020 a base de dados do Apostilamento do CNJ foi migrada para o sistema gerido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal.

O Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF) é a entidade de classe que representa institucionalmente os tabeliães de notas brasileiros e reúne as 24 Seccionais dos Estados. O CNB/CF é filiado à União Internacional do Notariado (UINL), entidade não governamental que reúne 89 países e representa o notariado mundial existente em mais de 100 nações, correspondentes a 2/3 da população global e 60% do PIB mundial.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Dois jornalistas recebem o Prêmio Nobel da Paz. O que isso significa?

*Por Javier Garza Ramos

Em 1935, jornalistas redigiam em máquinas de escrever e suas notícias eram impressas com placas de chumbo. Notícia de última hora significava um jornal vespertino, mas muitos jornalistas estavam aprendendo a lidar com uma incrível nova plataforma chamada “rádio”.

1935 também foi a última vez que um jornalista ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

Embora um jornalista hoje não reconheça a paisagem tecnológica da época, a maioria certamente achará a cena política muito familiar aos anos 30. Regimes autoritários em ascensão reprimem o jornalismo independente, perseguindo, aprisionando ou assassinando aqueles que expõem corrupção, abuso de poder ou conduta criminosa ou garantindo impunidade a qualquer um que ataque um jornalista.

Maria Ressa, das Filipinas, e Dmitry Muratov, da Rússia, trabalham como jornalistas nesse ambiente. Nesta semana, eles receberam o Prê-

mio Nobel da Paz por seu trabalho, que simboliza a atividade de centenas de jornalistas em grande perigo físico, riscos legais ou dificuldades econômicas. Como disse o Comitê do Nobel, recompensar esses jornalistas “visa a ressaltar a importância de se proteger e se defender” a liberdade de expressão e informação.

Infelizmente, Maria e Dmitry são representantes de uma tendência mais ampla, que cresceu nos últimos anos: a perda do respeito pelo valor da liberdade de imprensa, mesmo em sociedades que antes a tinham como assegurada.

Uma investigação sólida sobre a corrupção de um governo pode levar a perseguições. Revelar atividades ilegais de empresas privadas pode desencadear uma resposta

de recursos ilimitados para difamar um jornalista. Expor uma rede criminosa pode custar a vida de um repórter ou editor, que é morto uma segunda vez quando as autoridades não prendem e punem

os criminosos.

O Prêmio Nobel da Paz de 1935, para o jornalista alemão Carl von Ossetzky, nos lembra que o jornalismo sempre enfrentou esse perigo, especialmente quando a verdade afeta os poderosos. Ossetzky foi preso pelo regime nazista por revelar detalhes sobre o rearmamento da Alemanha nos anos 20, violando compromissos internacionais. Ele também alertou para o crescente antissemitismo e militarismo. Os nazistas o prenderam e torturaram.

Em 1935, o conceito de jornalismo independente mal se enraizava. Deixava para trás o modelo de ativismo político do século anterior, marchando em direção a uma função de vigilância que seria sua marca registrada nas décadas seguintes. Esse papel de vigilância sobrevive em nossos dias, apesar de hoje as redes sociais facilitarem a construção de “bolhas de informação”, onde cada pessoa pode acompanhar apenas as notícias com as quais concorda, descartando

o resto como falso.

As bolhas diminuem a confiança em dados científicos e na imprensa livre, enquanto políticos populistas exploram essas atitudes a seu favor. Mesmo assim, os jornalistas persistem, apesar do assédio, pressão e ataques.

“Você nunca sabe realmente quem você é até ser forçada a lutar para se defender”, disse Maria Ressa em 2018, quando recebeu a Caneta de Ouro concedida anualmente pela Associação Mundial de Jornais àqueles que lutam pela liberdade de imprensa. Naquele ano, Maria já enfrentava uma ofensiva legal destinada a impedir que Rappler, o site de notícias que ela fundou em 2012, expusesse a corrupção e o abuso de poder do presidente Rodrigo Duterte nas Filipinas. Ela também enfrentou cyberbullying, o que a levou a ser uma das primeiras jornalistas a denunciar as mídias sociais por dar fórum a inimigos da imprensa livre.

Dois anos antes, Dmitry

Muratov recebeu o mesmo prêmio. Até então, seis jornalistas da Novaya Gazeta, o jornal que ele fundou em 1993, haviam sido mortos, incluindo Anna Politkovskaya, uma das mais duras críticas do presidente russo Vladimir Putin.

Dmitry e Maria tiveram trajetórias improváveis. Maria deixou sua carreira na mídia global para lançar Rappler e cobrir as notícias em seu país. Dmitry começou como jornalista na era soviética e rapidamente aprendeu que, sem independência, o jornalismo é impotente.

Hoje eles são a expressão contemporânea de uma linha de jornalistas que, como Carl von Ossetzky antes, estão comprometidos em expor os males sociais e políticos que são obstáculos à paz. Eles denunciaram racismo, ditaduras, repressão política, tráfico de drogas, grupos terroristas, abusos de direitos humanos, impunidade, crimes de guerra ou armas.

Com Maria e Dmitry, muitos jornalistas e empresários

Javier Garza Ramos é jornalista radicado no México e membro do Fórum Mundial de Editores.

Este artigo foi encomendado pelo Fórum Mundial de Editores / WAN-IFRA, para comemorar a entrega do Prêmio Nobel da Paz a dois de seus laureados com a Caneta de Ouro da Liberdade.



PÁGINA CERTIFICADA
O Jornal DIÁRIO COMERCIAL
Garante a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
www.diariocomercial.com.br

EMPREENDEDORISMO

ACSP completa 127 anos em defesa do desenvolvimento econômico do Brasil

Por sua atuação institucional, a entidade já foi considerada uma Escola de Civismo, pois teve participação ativa em relevantes episódios da história da cidade de São Paulo, do Estado e do País

Ontem, uma das mais relevantes entidades do Brasil, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), completou 127 anos de fundação.

Historicamente reconhecida pela importância de sua atuação e objetivos, a ACSP promove, desde então, a assistência social, cultural, a representação política, a defesa de interesses da classe empresarial, a filantropia e muitas outras ações voltadas ao desenvolvimento econômico e ao empreendedorismo. Entretanto, desde quando foi criada, em dezembro de 1894, a organização vai além dessas premissas.

No Brasil, as 'Associações Comerciais' são entidades locais nascidas da base empresarial para atender às necessidades dos empresários e empreendedores, congregando-os na defesa de seus interesses e prestar serviços que facilitem a realização dos negócios. Com este propósito e baseado no princípio da livre iniciativa e da defesa do desenvolvimento local e nacional, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) foi fundada pelo Coronel Antonio Proost Rodovalho e outros 300 empresários paulistas.

Sem contar com qualquer recurso de origem governamental ou compulsório, a ACSP possui total independência nos seus posicionamentos e ações. Outra característica que a destaca desde a sua fundação é o fator multisetorial, já que se congregam em seus quadros empresários e empresárias de todos setores, além de profissionais liberais ligados às atividades econômicas, constituindo-se em um verdadeiro fórum empresarial.

Por sua atuação institucional, a ACSP já foi considerada uma Escola de Civismo, pois teve participação ativa em relevantes episódios da história da Cidade de São Paulo, do Estado e do Brasil.

Em 1918, por exemplo, a entidade foi a mediadora do fim da grande greve operária, que resultou em importantes avanços na legislação trabalhista daquele tempo. No ano seguinte, marcado pela terrível "gripe espanhola", equipou o Hospital da Policlínica e colocou seus médicos à disposição da população.

Poucos anos depois, em 1924, São Paulo foi ocupada por militares rebeldes, que contestavam o governo central, além de ter sido abandonada pelo governador e assolada por saques no comércio e incêndios. A ACSP, então, em conjunto com o prefeito Firmiano de Moraes Pinto, organizou uma força tarefa com a Polícia e o Corpo de Bombeiros para garantir a segurança do comércio e da população.

No decorrer dessa ocu-



Ato de assinatura do lançamento da pedra fundamental do prédio-sede da ACSP, em 1939. Ao centro, o então Presidente da República, Getúlio Vargas

pação, a entidade de classe mediou a retirada dos rebeldes para evitar o bombardeio da cidade, que acabou ocorrendo. O Presidente da entidade na época, José Carlos Macedo Soares, foi acusado de colaboracionista, sendo preso e exilado, embora tenha sido procurado apenas para preservar a cidade e sua população. No exílio, escreveu o livro Justiça, no qual relata sua atuação histórica na cidade no fim da década de 1910 e começo da década de 1920. Estes acontecimentos também foram explicitados, com detalhes, no livro do jornalista Paulo Duarte intitulado "Agora Nós". A publicação narra todos os episódios da chamada Revolução de 1924.

Já em 1932, a ACSP teve também participação ativa no Movimento Constitucionalista, tanto na mobilização da classe empresarial e da população quanto durante o período do conflito. A entidade foi a responsável por desenvolver a logística das tropas paulistas.

A Associação Comercial de São Paulo coordenou, ainda, a Campanha do Ouro para São Paulo, criada para arrecadar recursos que sustentassem a campanha militar que mobilizou a população independentemente das classes sociais, com a doação de joias e objetos pessoais e familiares. Após o fim do conflito, em outubro daquele ano, notou-se que a maior parte dos recursos arrecadados não haviam sido utilizados. Por isso, foram doados à Santa Casa, que construiu um novo pavilhão e o edifício Ouro para o Bem de São Paulo, no Centro da cidade.

O presidente da ACSP daquele período, Carlos de Souza Nazareth, assumiu a responsabilidade pela participação dos empresários na Revolução. Consequentemente, também foi preso e exilado. Na partida para o exílio, escreveu carta a seus compa-

neiros de diretoria dizendo-se "estar tranquilo" e pedindo que os conchamados da Associação Comercial continuassem a lutar em defesa dos ideais democráticos e liberais.

A Constituição pela qual São Paulo lutou em 32 foi aprovada no ano seguinte, mas teve curta duração, com o então Presidente da República, Getúlio Vargas, assumindo o poder absoluto em 1937 e instituindo o Estado Novo, outorgando suas leis e detendo o poder sobre os estados brasileiros.

Nos anos seguintes, a entidade continuou participando ativamente da vida política, econômica e social do país, defendendo seus princípios e valores, sem descurar das questões municipais e estaduais e da prestação de serviços. De seus quadros diretores saíram para a vida pública ao longo do período, deputados, senadores, ministros, governadores e personalidades que ocuparam importantes cargos na vida pública da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo e do Brasil.

Além da defesa do empreendedorismo e da economia de mercado como instrumentos de desenvolvimento econômico e social, a ACSP defende duas bandeiras específicas que considera muito relevantes para o crescimento da economia: o comércio exterior e a pequena e média empresa. Nesse sentido, realizou, em 1956, a Primeira Conferência Brasileira de Comércio Exterior, que se constituiu um marco para a discussão da política brasileira para o setor, com teses que ainda hoje são válidas. Uma delas é sobre a defesa da abertura da economia e a liberdade cambial. Participou de todas as conferências, realizadas em outros estados, organizando a nona e última em 1977, aberta pelo Presidente da República.

mente" reembolsados. No local também havia um centro de eventos, teatro, algumas lojas, restaurante e bares, incluindo o premiado Frank Bar.

O hotel foi uma das principais referências em luxo e hospedagem cinco estrelas no País desde a inauguração, em 1979. Nas primeiras décadas, hospedou nomes conhecidos nacional e internacionalmente, como Margareth Tha-

ACSP promoveu, também, o Primeiro Congresso Brasileiro das Pequenas e Médias Empresas, inserindo o tema nas preocupações permanentes da entidade. Na ocasião, reuniram-se mais de mil pessoas no Auditório do Anhembi e contou com a participação dos ministros da área econômica e de especialistas.

O Quarto Congresso foi promovido pela entidade no Auditório do Senado Federal, quando foi aprovado pelo Estatuto da Pequena e Média Empresa, origem das medidas de tratamento diferenciado para as empresas de menor porte.

A ACSP organizou também, respectivamente em 1989 e 1998, a 16ª e a 24ª edições do ISBC International Small Business Congress, eventos de negócios realizados na América Latina.

Desde então, a entidade tem participado de todas as discussões sobre legislação de apoio aos empreendimentos de menor porte, tendo uma importante participação para a aprovação da criação do Microempreendedor Individual (MEI) e da Empresa Simples de Crédito (ESC).

Em relação à defesa de seus associados, a entidade, ainda em 1928, se manifestou junto às autoridades contra os ambulantes (na época conhecidos como "andorinhas"), que faziam concorrência desleal ao comércio organizado causando sérios prejuízos aos empresários e à receita fiscal.

É importante ressaltar que a ACSP sempre teve intensa colaboração com os poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento das leis e normas que regem as atividades econômicas, e continua na luta contra a burocracia e a tributação excessivas.

Para facilitar o desempenho das empresas, a Associação, desde o início de suas ati-

vidades, propiciou a seus associados informações do mercado e das empresas, visando dar mais segurança à realização dos negócios.

O Relatório da Diretoria de 1924 já chamava a atenção para a necessidade de se prestar serviços às empresas, ressaltando que era preciso atrair os empresários por seus interesses para poder defender seus ideais. Nesse sentido, criou um boletim informativo sobre a inadimplência, que se desdobrou depois no Departamento de Informações Comerciais e no Diário do Comércio, que publicava os apontamentos e os protestos da Praça de São Paulo.

As vendas a prazo do varejo eram também muito limitadas pela ausência de um sistema de informações que garantisse segurança às transações. Por isso, organizou-se, em 1956, o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), iniciativa pioneira no País. O SCPC permitiu a massificação do crediário e, com isso, a notável expansão das vendas a prazo. O banco de dados fornecia informações dos consumidores inadimplentes e era um importante fator de contrangimento à inadimplência.

A forte expansão das vendas a prazo levou à informatização do banco de dados, o que possibilitou, também, maior sofisticação das informações oferecidas às empresas e aumentando a segurança.

Com o ingresso do sistema financeiro nas vendas a crédito foi necessário interligar os bancos de dados das pessoas físicas, o que levou, por iniciativa e coordenação da ACSP, à criação da RENIC: uma rede que contava com cerca de 2000 "SPCs" de todo Brasil.

Com a expectativa da aprovação do Cadastro Positivo e o ingresso de empresas internacionais no mercado de informações, constatou-se a neces-

sidade de dar maior autonomia operacional e realizar investimentos expressivos no banco de dados.

Após o estudo de diversas alternativas por parte de um grupo de diretores e conselheiros, coordenado por Alfredo Cotait Neto e sob a presidência de Alencar Burti, propôs a transformação do SCPC em empresa, dando origem à Boa Vista Serviços, agora transformada em empresa de capital aberto. A ACSP continua sendo sua maior acionista.

A abertura do capital da Boa Vista Serviços deve ser um caso único de criação de prestação de serviços feita por uma entidade a seus associados que se transformou em um Unicórnio (definição de startups avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão) e deve servir de exemplo de que a modernidade e a tradição não sejam conflitantes. Ao contrário, a unidade em torno de princípios e valores, garantidos pela tradição, serve de balizamento para a modernização, sem prejuízos dos objetivos.

Portanto, a história dos 127 anos da ACSP revela que ela sempre foi contemporânea em seu tempo, mas com os olhos voltados para o futuro. A reorganização administrativa, a modernização das instalações e a consolidação das finanças permitiu e segue permitindo que a entidade se prepare para as transformações que estão ocorrendo em função da rápida evolução da tecnologia de informática e da comunicação, criando um cenário de desafios e oportunidades para a atividade empresarial.

Continuando com sua atuação institucional, que é o cerne de sua função, a ACSP oferece a seus associados, e aos empresários em geral - especialmente aos de menor porte -, novos e modernos serviços que lhes permitam enfrentar com sucesso esse desafio.

"Os valores e os princípios que nortearam a criação da ACSP, em 1894, e que foram mantidos por seus sucessores por mais de um século, continuam sendo a base para a continuidade da trajetória da entidade pelos próximos anos. E que esperamos ser de muito trabalho e desenvolvimento. No nosso mandato, é isso que defendemos. Um empreendedorismo forte e pujante, sempre", afirma o presidente da ACSP, Alfredo Cotait Neto.

Ontem, a entidade celebrou seu aniversário com uma solenidade especial, na Sessão Plenária da ACSP, localizada no nono andar do edifício-sede da entidade.

Após a celebração, ocorreu uma missa no Pateo do Colégio, em alusão ao aniversário da Associação. O evento contou com a participação do coral Schola Cantorum, do Pateo Colégio.

REESTRUTURAÇÃO

Maksoud Plaza, ícone de SP, fecha as portas

Um dos ícones da hotelaria de São Paulo, o Maksoud Plaza anunciou o encerramento das atividades ontem. O espaço - que esteve no auge nos anos 1980 e 1990 e recebeu celebrações nacionais e internacionais, como Frank Sinatra - continuará a existir enquanto marca.

Em crise, o hotel estava em recuperação judicial desde 2020, cuja ação apontava

dívida de R\$ 81 milhões. Em nota assinada pela administradora (HM Hotéis) e a controladora (Hidroservice Engenharia), o fechamento é atribuído à "crise da covid-19" e ao "plano de reestruturação do Grupo Hidroservice".

O comunicado aponta que novidades e novos empreendimentos serão anunciados "em breve", sem trazer detalhes. Além disso, não é informado

o destino do espaço físico do hotel, localizado na Rua São Carlos do Pinhal, na região da Avenida Paulista, conhecido pela fachada colorida, os elevadores panorâmicos e a vista do centro expandido paulistano.

Na nota, são lembrados os mais de 3 milhões de pessoas que se hospedaram em seus 416 quartos. Segundo o comunicado, clientes com reservas agendadas serão "imediatamente"

reembolsados. No local também havia um centro de eventos, teatro, algumas lojas, restaurante e bares, incluindo o premiado Frank Bar.

O hotel foi uma das principais referências em luxo e hospedagem cinco estrelas no País desde a inauguração, em 1979. Nas primeiras décadas, hospedou nomes conhecidos nacional e internacionalmente, como Margareth Tha-

cher, integrantes dos Rolling Stones, Ray Charles, Catherine Deneuve e Pedro Almodóvar, dentre outros. Mais recentemente, já não tinha o glamour das primeiras décadas e oferecia hospedagens a preços mais acessíveis à classe média.

Um de seus momentos mais marcantes foi um show de Frank Sinatra, em 1981, no salão nobre do hotel. Outros nomes célebres se apresenta-

ram nos anos seguintes na casa de espetáculos do local, o 150 Night Club, como Tom Jobim, Julio Iglesias, Buddy Guy e Dorival Caymmi, segundo informações do hotel.

O espaço era alvo de uma longa disputa familiar. Em 2011, por causa de uma dívida trabalhista da controladora Hidroservice, o imóvel - avaliado em cerca de R\$ 400 milhões - foi a leilão judicial.

